

2015



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da
Região de São José do Rio Preto - CERRP





1 – SOCIETÁRIAS	1
1.1 - Relatório da Administração	1
1.2 – Balanço Patrimonial	19
1.3 - Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	22
1.4 – Demonstração da Muta��o do Patrimônio Líquido – DMPL	26
1.5 – Demonstr��o do Fluxo de Caixa – DFC	28
1.6 – Notas Explicativas Societárias	30
1.7– Parecer do Conselho Fiscal Societário	70
1.8 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstra��es Societárias	71
2 – REGULATÓRIAS	74
2.1– Relatório da Administra��o Regulatório.....	74
2.2– Balanço Patrimonial – BPREG	92
2.3 – Demonstr��o do Resultado do Exercício – DREREG	95
2.4– Demonstr��o da Muta��o do Patrimônio Líquido – DMPLREG	98
2.5– Demonstr��o do Fluxo de Caixa – DFCREC	100
2.6– Notas Explicativas Regulatórias	102
2.7 – Notas Conciliatórias Societária x Regulatória	144
2.8 - Parecer do Conselho Fiscal Regulatório	159
2.9 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstra��es Regulatórias.....	160



1 – SOCIETÁRIAS

1.1 - Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERRP - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.



· Carta do Presidente

A cada dia que passa surgem novos desafios, consequentemente nos obriga a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (junho/2008), consequentemente ingresso da CERRP no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações, exigências oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos, das quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos consumidores e cooperados.

Diante de tantas mudanças, ao findar 2015, lembramos que nossa trajetória começou com os Srs. José Pedro Salomão e Santo Verona, tendo a visão de que as propriedades rurais e a população precisavam ter energia em suas casas. Os dois Srs., com o apoio de um grupo de agricultores, com muita dedicação, construíram as primeiras redes de energia e iniciaram o atendimento a diversas propriedades rurais da região. Somos eternamente gratos a esse grupo de pessoas que desde o início acreditaram no sistema cooperativista, e provaram que através do trabalho e da união é possível realizar sonhos.

Uma vez realizadas as primeiras ligações, novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades espalhadas por todos os municípios que compreendem a área de atuação da CERRP, definida por Resolução Homologatória no ano de 2005. O surgimento dos empreendimentos imobiliários incrementou o desenvolvimento, surgindo os comércios, indústrias, poder público, serviço público e iluminação pública. Podemos dizer que esse foi o marco para o constante crescimento na demanda de energia elétrica fornecida pela CERRP, tornando a região um grande potencial de oportunidades.

Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, utilizando novas tecnologias, em todos os setores de nossa administração, adquirindo equipamentos seguidos de sistemas específicos de gestão possibilitando a integração das atividades, assegurando agilidade e confiabilidade aos colaboradores internos de modo a satisfazer seus 6.074 consumidores atuais. Com profissionais de visão e preparados para a quebra constante de paradigmas e implantação de novos valores, a CERRP está inserida em um processo contínuo de renovação e modernização, nunca esquecendo o compromisso social, econômico e ambiental.



Hoje, temos certeza que nossa missão acaba de se iniciar, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados aos longos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuímos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento, rentabilidade.

Salientamos que, mesmo com diversos encargos e investimentos necessários ao novo cenário (Regulado), não houve nenhum prejuízo ao atendimento do consumidor e, muito menos, na qualidade da prestação de nosso serviço. Tal fator nos trás orgulho e animo para os desafios que nos aguardam no futuro.

Aproveito à oportunidade para agradecer a todos ligados a CERRP, Senhores Sócios, Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Empresas Terceirizadas e Consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte, participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

• **Cenário**

A CERRP - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 40 anos de existência.

Em 2015, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo neutro sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 5,59% com relação a 2014. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 5,19 GWh (5,10 GWh em 2014). Somada, a demanda dos dois setores representa 33,26% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2015 (32,50% em 2014).

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Premio IASC 2015, onde a CERRP recebeu o prêmio máximo como a Permissionária que mais cresceu na percepção de seus consumidores em relação a satisfação com uma melhora de 19,11% em relação ao ano de 2014.



· **Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.**

· **Distribuição**

A Outorgada distribui energia elétrica em 13 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,04% dos consumidores do Estado de São Paulo. Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 480 novas ligações com destaque 4.516 residenciais, 309 comerciais, 1.156 rurais e 23 industriais, totalizando 6.074 consumidores atendidos pela Outorgada, número 9,48% superior ao de 2014.

Número de Consumidores					
Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	3.057	3.372	3.668	4.036	4.516
Comercial	199	238	257	276	309
Industrial	21	22	22	19	23
Rural	1.113	1.125	1.138	1.158	1.156
Poderes Públicos	-	1	1	1	1
Iluminação Pública	41	43	45	48	57
Serviço Público	1	2	8	10	12
Total	4.432	4.803	5.139	5.548	6.074
Variação	5,52%	8,37%	7,00%	7,96%	9,48%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 47,99 GWh (47,08 GWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram a Iluminação Pública e Residencial, com aumentos de 14,11% e 9,62% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:



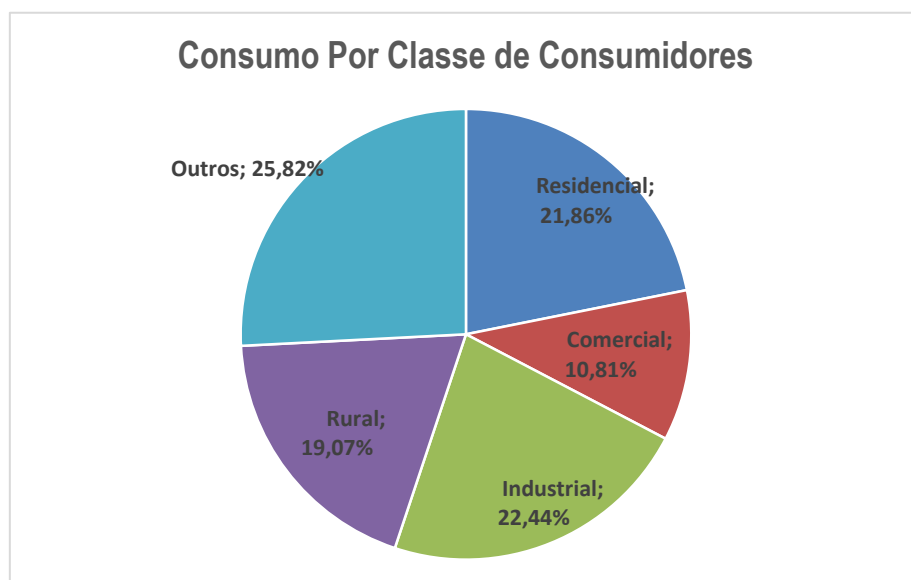
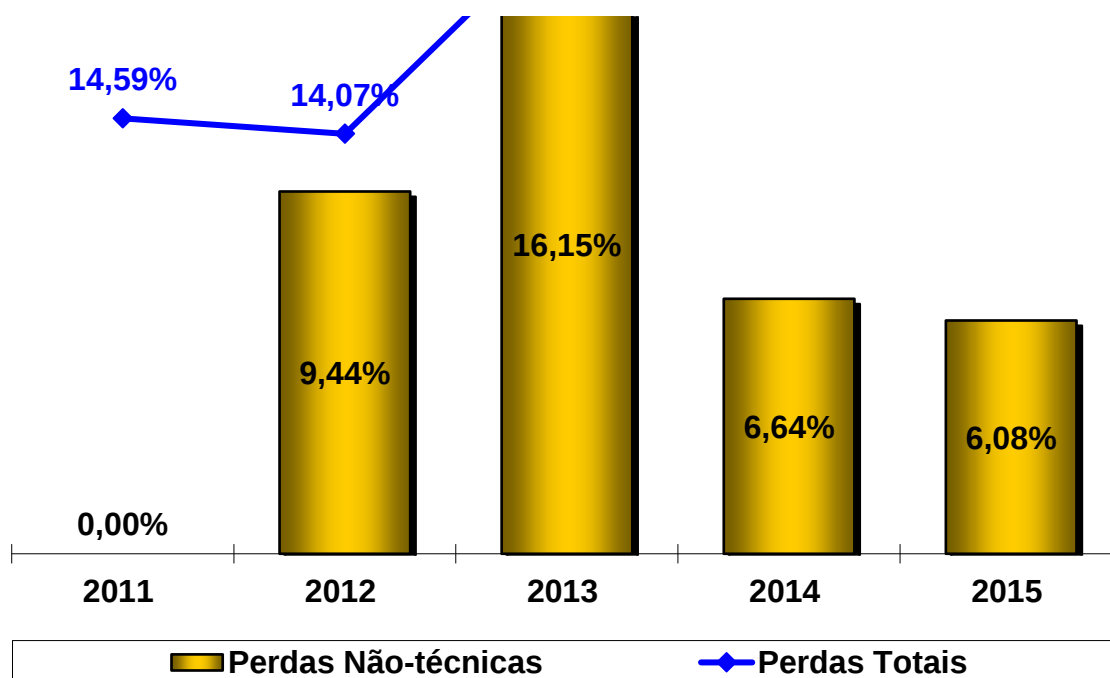
Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	38,41	42,33	43,74	47,08	47,99
Fornecimento	38,41	42,33	43,74	47,08	47,99
Residencial	6,23	7,01	7,63	9,57	10,49
Comercial	11,74	9,41	4,38	5,10	5,19
Industrial	1,54	5,02	10,10	10,20	10,77
Rural	9,09	9,17	9,19	10,12	9,15
Poderes Públicos	-	0,16	0,25	0,23	0,22
Iluminação Pública	1,05	1,29	1,35	1,56	1,78
Serviço Público	8,75	10,27	10,85	10,30	10,39
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	38,41	42,33	43,74	47,08	47,99
Variação	11,41%	10,21%	3,34%	7,63%	1,93%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 26,68% em 2014 para 2015.



Balanço Energético

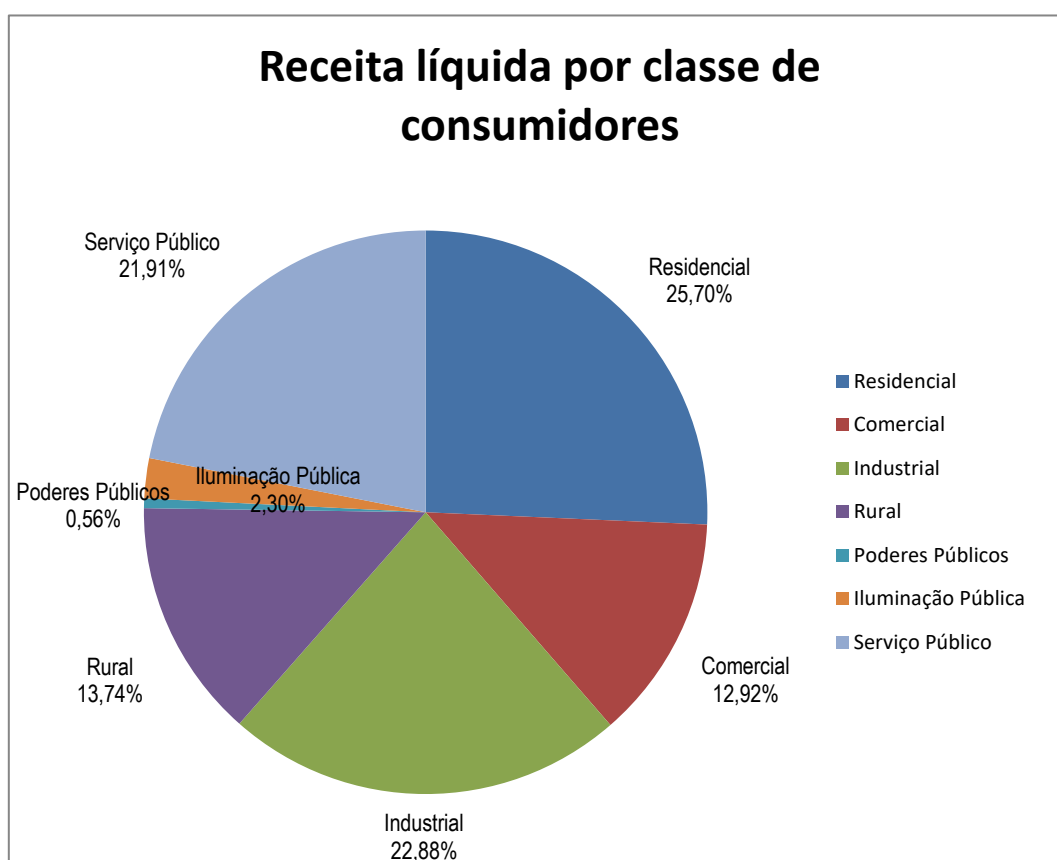
Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	38	42	43	44	46
- Fornecimento	38	42	43	44	46
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	38	42	43	44	46
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	7	7	12	11	12
Perdas Técnicas	7	2	3	8	8
Perdas não Técnicas - PNT	-	5	9	4	4
PNT / Energia Requerida %	0,00%	9,44%	16,15%	6,64%	6,08%
Perdas Totais - PT	7	7	12	11	12
PT / Energia Requerida %	14,59%	14,07%	21,28%	20,31%	20,68%
Total	45	49	55	56	58





Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 12.424,24 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	2015	2014	%
Residencial	3.192,46	2.329,72	37,03%
Comercial	1.605,30	1.210,68	32,60%
Industrial	2.842,61	1.835,40	54,88%
Rural	1.706,70	1.453,01	17,46%
Outros	3.077,17	2.172,53	106,78%
Poderes Públicos	69,05	57,01	21,11%
Iluminação Pública	285,35	198,69	43,61%
Serviço Público	2.722,77	1.916,82	42,05%
Total	12.424,24	9.001,33	38,03%





Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 9,48 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2015	2014	Var %
Residencial	4.516	4.036	11,89%
Comercial	309	276	11,96%
Industrial	23	19	21,05%
Rural	1.156	1.158	-0,17%
Outros	70	59	38,75%
Poderes Públicos	1	1	0,00%
Iluminação Pública	57	48	18,75%
Serviço Público	12	10	20,00%
Total	6.074	5.548	9,48%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 269,25/MWh, com aumento de 2,17% com relação a dezembro de 2014. Por meio da Resolução ANEEL no 1.875 de 14/04/2015, a Outorgada foi autorizada a aplicar sobre os contratos iniciais de compra e venda de energia elétrica com suas supridas, reajuste da ordem de 21,31%.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	456,11
Comercial	436,49
Industrial	342,57
Rural	226,03

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	0,33054	0,32128	0,32128	0,20163



Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2011	32,87	19,07	2,91
2012	23,92	15,77	1,51
2013	32,58	23,03	1,41
2014	21,38	15,20	1,50
2015	46,50	14,78	2,11

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, temos o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc., através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

· **Tecnologia da informação**

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERRP segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. Existe um projeto em implantação de instalação de religadores automatizados, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi desenvolvido um novo site para a Empresa, que vai possibilitar o uso por seus clientes de serviços on-line, como emissão de segundas vias, consultas a interrupções programadas e solicitações de serviços.

A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, já tendo iniciado o projeto de instalação de Reguladores de Tensão, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e, melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de uma melhor satisfação dos cooperados.



· Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, as perdas líquidas foram de R\$ (2.254,29) mil, contra R\$ 133,33 mil em 2014, uma diminuição de 1.690,76%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ (2.254,29) mil

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ (37,05) mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ (2.253,91) mil

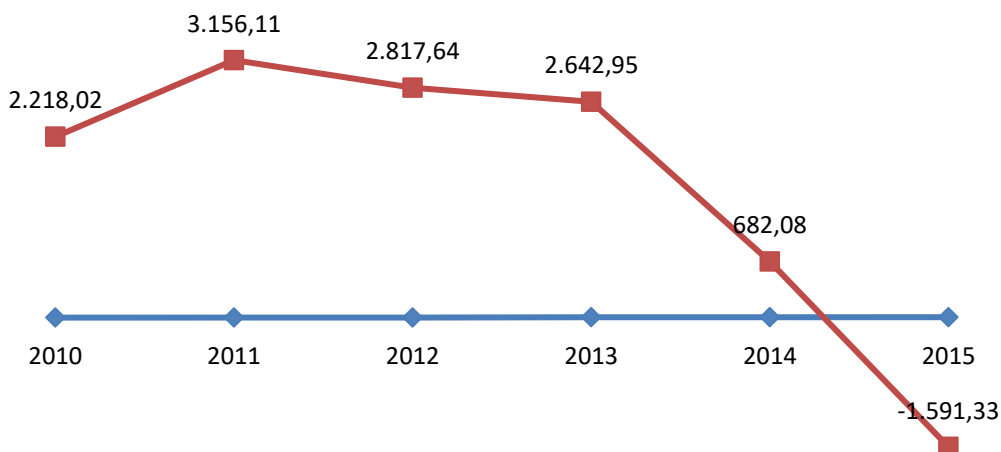
A receita operacional líquida atingiu R\$ 12.087,43 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 10.352,96 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 14.414,36 mil, 35,43% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 945,63% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (17,21)% contra 0,87% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ (1.591,33) mil, inferior em 133,31% a 2014, que foi de R\$ 682,08 mil, conforme evolução abaixo:

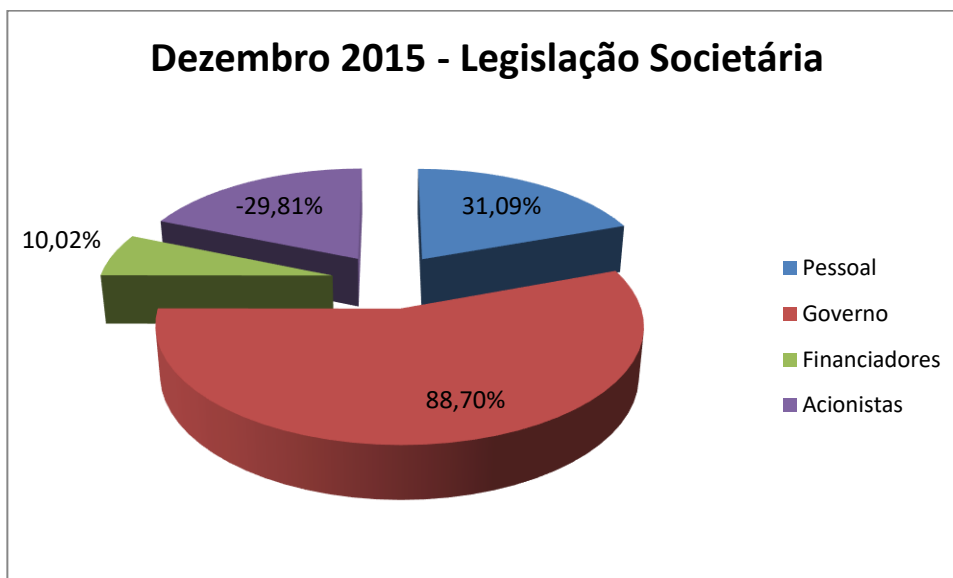


EBTIDA ou LAJIDA (Legislação Societária)



Investimentos: Em 2015, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.170 mil, 20,62% superiores em relação à 2014, dos quais R\$ 1.170 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 7.973 mil.

Valor adicionado regulatório: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 7.651,55 mil, representando 41,41% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 1.233.32 mil, composto por 1.233.324 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.



· Gestão

Administração: Durante o ano de 2015 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CERRP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Quinzenalmente são realizadas, nas dependências da CERRP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

Recursos humanos: Em 2015 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.



Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2015	2014	%
Atendimento			
Número de consumidores	6.074	5.550	9,44%
Número de empregados	38	54	-29,63%
Número de consumidores por empregado	160	103	55,34%
Número de localidades atendidas	13	13	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	664,00	664,0	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	19,40	19,30	0,49%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.256,99	2.298,78	-1,82%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	269,25	263,52	2,17%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	314,88	361,94	-13,00%
Comercial	320,43	330,98	-3,19%
Industrial	252,59	250,59	0,80%
Rural	189,09	162,13	16,63%



Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	46,50	21,38	117,49%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	2,41	1,58	52,28%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	15,816	15,07	4,95%
FEC (número de interrupções)	14,78	15,20	-2,76%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,18	0,19	-6,32%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	773,45	746,81	3,57%
Capacidade instalada (MW)	42,94	39,31	9,23%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	18.260,36	12.663,82	44,19%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.087,43	10.352,96	16,75%
Margem operacional do serviço líquida (%)	51,07%	22,32%	128,80%
EBITDA OU LAJIDA	655,80	682,08	-3,85%
Lucro líquido (R\$ mil)	-37,05	133,33	-127,79%
Lucro líquido por mil cotas	-37,05	133,33	-127,79%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	23.756,08	15.352,69	54,74%
Valor patrimonial por cota R\$	23.756,08	15.352,69	54,74%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,00	0,01	-117,96%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,46	0,36	28,83%
Em moeda nacional (%)	0,46	0,36	28,83%



Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salario Médio dos Funcionários	2,14	2,62	-18,32%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1360,80	974,46	39,65%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	8,51	9,48	-10,20%
Retorno de ativos por unidade	-0,01	-0,03	-66,67%



· **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

São José do Rio Preto, 20 de abril de 2016

A Administração



1.2 – Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Ativo Circulante	8.313,81	5.450,33
Caixa e equivalentes de caixa	2.980,82	1.898,82
Consumidores	2.666,18	1.594,29
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	26,45
Tributos compensáveis	230,13	212,96
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	245,23	262,57
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	403,11	-
Despesas pagas antecipadamente	47,35	59,49
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.740,99	1.395,75
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	15.750,75	15.403,77
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	143,57	234,42
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	14,50	13,06
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	5.135,90	4.231,89
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2,92	2,92
Imobilizado	1.013,72	1.097,30
Intangível	9.440,14	9.824,18
Total do ativo	24.064,56	20.854,10

**Passivo**

Passivo Circulante	3.684,83	1.495,39
Fornecedores	941,09	683,58
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1,24	4,06
Obrigações sociais e trabalhistas	178,56	268,17
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	444,21	243,87
Provisão para litígios		-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	760,66	129,14
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.086,65	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	69,30	-
Outros passivos circulantes	203,12	166,57
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	7.282,18	4.006,02
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	15,00	450,41
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	2.524,97	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	4.742,21	3.555,61

Total do passivo	10.967,01	5.501,41
-------------------------	------------------	-----------------



Demonstrações Contábeis

Patrimônio líquido	13.097,55	15.352,69
Capital social	1.233,32	1.234,18
Reservas de capital	5,56	12.391,76
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	1.705,89
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(107,09)	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	14.112,97	-
Sobras à disposição da Assembleia	(2.147,21)	20,86
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	13.097,55	15.352,69
Total do passivo e do patrimônio líquido	24.064,56	20.854,10

- -



1.3 - Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

	Consolidado	
	2015	2014
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	18.260,36	12.663,82
Fornecimento de energia elétrica	5.633,28	4.260,04
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	10.752,05	7.706,91
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	278,33	-
Serviços cobráveis	40,83	28,82
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	1.555,87	668,05
Tributos	(3.171,58)	(2.024,02)
ICMS	(2.801,47)	(1.834,96)
PIS-PASEP	(65,84)	(33,61)
COFINS	(303,90)	(155,07)
ISS	(0,37)	(0,38)
Encargos - Parcela "A"	(3.001,34)	(317,39)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(60,44)	(55,46)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(60,44)	(55,46)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.727,21)	(175,93)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(29,35)	(30,54)
Outros encargos	(1.123,90)	-
Receita líquida / Ingresso líquido	12.087,44	10.322,41
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(5.950,75)	(4.366,49)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.950,75)	(4.366,49)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.136,69	5.955,92



Demonstrações Contábeis

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(8.588,63)	(6.246,74)
Pessoal e administradores	(3.195,15)	(3.193,02)
Material	(276,80)	(476,72)
Serviços de terceiros	(659,29)	(806,43)
Arrendamento e aluguéis	(757,95)	(879,65)
Seguros	(58,29)	(39,02)
Doações, contribuições e subvenções	(37,09)	(33,24)
Provisões	421,73	(11,17)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	36,54	27,66
Tributos	(35,76)	(34,88)
Depreciação e amortização	(662,96)	(548,75)
Gastos diversos	(3.238,59)	(251,52)
Outras Receitas Operacionais	355,47	-
Outras Despesas Operacionais	(480,49)	-
Resultado da Atividade	(2.451,94)	(290,82)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	197,65	424,15
Despesas financeiras	(511,19)	(250,38)
Receitas financeiras	708,84	674,53
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(2.254,29)	133,33
Despesa com impostos sobre os lucros	-	(97,13)
Resultado líquido das operações em continuidade	(2.254,29)	36,20
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-



Lucro por ação	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)



Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.



1.4 – Demonstração da Muta  o do Patrimônio Líquido – DMPL

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi��o da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	157,43	12.379,20	-	1.703,11	1.075,73	-	-	-	15.315,47
Remunera��o das imobiliza��es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1.076,75	-	-	-	(1.075,72)	-	-	-	1,03
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza��o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina��es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	36,20	-	-	-	36,20
Destina��o proposta �� A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	2,78	(2,78)	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	12,57	-	-	(12,57)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.234,18	12.391,77	-	1.705,89	20,86	-	-	-	15.352,70



Demonstrações Contábeis

Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(0,86)	-	-	-	-	-	-	-	(0,86)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(107,09)	-	-	-	(107,09)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(2.147,21)	-	(2.147,21)
Reserva legal	-	-	-	(1.705,89)	-	1.705,89	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	2.654,95	-	-	2.654,95
Reserva de Capital	-	(12.386,21)	-	-	-	-	-	-	(12.386,21)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	(20,86)	9.752,12	-	-	9.731,26
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.233,32	5,56	-	-	(107,09)	14.112,96	(2.147,21)	-	13.097,54



1.5 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

	Consolidado	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	15.851,89	11.004,32
Outros recebimentos	367,65	15,37
Pagamentos a fornecedores	(2.282,08)	(3.695,64)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(5.850,84)	(3.790,14)
Pagamentos a empregados	(2.020,52)	(2.036,55)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(1.233,04)	(1.194,52)
Tributos Estaduais e Municipais	(1.153,49)	(366,62)
Encargos Setoriais	(1.805,36)	(236,36)
Outros Pagamentos	(483,89)	(70,12)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	1.390,32	(370,26)
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	1,20	73,84
Aquisição de imobilizado	(400,68)	(1.255,44)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(399,48)	(1.181,60)
Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	198,39	244,58
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	4,06
Pagamento de empréstimos	-	-
Outras Despesas Financeiras	(107,23)	(72,61)
Dividendos pagos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	91,16	176,03



Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.082,00	(1.375,83)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.898,82	3.274,65
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.980,82	1.898,82

1.082,00 -1.375,83

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.



1.6 – Notas Explicativas Societária

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERRP é uma cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERRP detém concessão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de São José do Rio Preto e região, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão No 013/2008 assinado em 30/06/2008. Atualmente (base dezembro/2015), possui 6074 consumidores, sendo que, aproximadamente 86,8% desses consumidores, estão localizados em áreas rurais. Os consumidores não ligados em nossa Permissionária, são atualmente atendidos pelas Concessionárias que possuem Concessão para atuarem nessa região (CPFL Paulista e CNEE).

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 30/06/2008 até o dia 29/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.



Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014 e 245/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 9.440,14mil (R\$ 9.824,18 mil em 2014) e para Ativos Financeiros de R\$ 5.135,90 mil (R\$ 4.227,33mil em 2014).

Para fins dos cálculos Tributários, conforme determinações da Instrução Normativa 1397/2013 da Receita Federal, que estabelece um regime transitório até a entrada em vigor da MP 627 em 2015 (opcionalmente em 2014), utilizamos o regime tributário baseado nos Resultados obtidos pelos critérios utilizados até 2007, convergidos através do RTT - Regime Tributário Transitório.

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2015, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)



Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Imposto de renda diferido**

A CERRP não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2015 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERRP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013 e 4.413/2013, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que no exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório.



Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Até o presente momento, a apuração da base tributária, conforme Instrução Normativa 1397/2013, é idêntica ao DRER, porém, divergente nos quadros do Ativo e Passivo Regulatório, em função de não possuir a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Neste sentido, e, com o intuito de atender ao disposto na citada Instrução Normativa, demonstraremos ao final, Nota Explicativa contendo os quadros de Ativo Fiscal, Passivo Fiscal e Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 2.553,21(Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2015	2014
Bradesco S/A	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	1.598,01	947,65
Bradesco S/A	Conta Investimento	Indeterminado		198,94	28,83
Santander	Fundos Investimentos	Indeterminado		90,78	6,07
Credicitrus	Aplicação RDC/CDI	Indeterminado	CDI	83,98	74,16
Banco Mercantil do Brasil	Fundos	Indeterminado		89,96	581,38
Banco do Brasil S/A	Conta Investimento	Indeterminado		1,99	1,88
Caixa Econômica Federal	Conta Investimento	Indeterminado		475,05	15,45
Credicitrus	Títulos e valores Mobiliários	Indeterminado		14,49	13,05
União	Títulos e valores Mobiliários	Indeterminado		0,01	0,01
Total				2.553,21	1.668,48



6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2015 e 2014, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2015	2014
Consumidores		
Faturados	2.444,25	1.646,08
Não faturados	465,63	265,97
Sub Total	2.909,88	1.912,05
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	2.909,88	1.912,05



Composição das Contas a Receber

Legislação societária

Consumidor/Concessionárias/Permissonárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2015	2014	2015	2014
Residencial	460,56	231,30	84,49	776,36	-84,49	-92,07	691,87	429,55
Industrial	368,50	12,57	309,06	690,13	-309,06	310,22	381,07	219,80
Comércio, Serviços e Outras Atividades	208,28	88,16	36,97	333,41	-34,82	-38,18	298,59	200,81
Rural	189,49	55,95	18,70	264,14	-15,50	-18,22	248,64	150,72
Poder Público	6,68	0,00	0,00	6,68	0,00	0,00	6,68	5,19
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	6,68	0,00	0,00	6,68	0,00	0,00	6,68	5,19
Iluminação Pública	53,35	0,00	0,00	53,35	0,00	0,00	53,35	23,88
Serviço Público	320,18	0,00	0,00	320,18	0,00	0,00	320,18	157,44
Atualização Regime de Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda não Faturada	465,63	0,00	0,00	465,63	0,00	0,00	465,63	265,97
Subtotal - Consumidores	2.072,67	387,99	449,22	2.909,88	-443,87	458,69	2.466,01	1.453,36
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissonárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissonárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.072,67	387,99	449,22	2.909,88	-443,87	458,69	2.466,01	1.453,36



A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2015, importavam em: 273,72R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	2015	2014
Em Serviço Societário	1.013,72	1.097,31
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	5.135,90	4.227,33
Ativo Intangível da Concessão	7.716,53	7.655,99
Ativo Intangível em Curso	1.723,61	2.168,19
Reavaliação Regulatória Compulsória	10.658,53	12.050,73
Sob Total	26.248,29	27.199,55



Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-4.742,21	-3.555,61
Sub Total	-4.742,21	-3.555,61
Total	21.506,08	23.643,94

Ativo Imobilizado Societário	1.013,72	1.097,31
Ativo Imobilizado Regulatório	21.506,08	23.643,94

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014
Intangíveis				
Em Serviço	7.877,91	-161,38	7.716,53	7.655,99
Em Curso	1.723,61	0,00	1.723,61	2.168,19
Total	9.601,52	-161,38	9.440,14	9.824,18



8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2015, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	127,43	411,16	(178,30)	3,32	39,50	403,11
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	33,23	38,97	-	3,32	(47,54)	27,98
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	94,20	372,19	(178,30)	-	87,04	375,13
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	127,43	411,16	(178,30)	3,32	39,50	403,11



Demonstrações Contábeis

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.993,95	1.506,55	(1.056,35)	19,42	148,05	3.611,62
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	82,55	536,72	(86,31)	19,42	(141,97)	410,41
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	2.891,38	367,89	(590,36)	-	-	2.668,91
Outros	20,02	601,94	(379,68)	-	290,02	532,30
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.993,95	1.506,55	(1.056,35)	19,42	148,05	3.611,62



9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2015	2014
CPFL - Cia. Paulista de Força e Luz	486,80	309,54
CPFL - Penalidade por Ultrapassagem de Consumo	119,45	0,00
Cia. Nacional de Energia Elétrica - CNEE	131,20	68,61
Proinfa	0,00	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	737,45	378,15
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	203,64	305,43
Sub Total - Materiais e Serviços	203,64	305,43
Total	941,09	683,58

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo			Total	
	Circulante		prazo		
	Principal	Encargos	Principal	2015	2014
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Eletrobrás/RGR/Luz para Todos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Econômica Federal	1,24	0,00	0,00	1,24	0,00
Total	1,24	0,00	0,00	1,24	0,00



11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2014 e 2015.

	Legislação societária	
	2015	2014
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	2,23
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,46	2,41
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	206,80	18,20
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	136,78	64,79
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	41,16	41,53
Bandeiras Tarifárias a Recolher	373,45	0,00
Total	760,65	129,16

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERRP possui em seu Ativo Longo Prazo créditos de ICMS sobre Ativo Imobilizado no valor de 143,57 R\$/MIL.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERRP no exercício de 2015 e anteriores.



Contingência	Valor da provisão			Valor da provisão		
	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	15,00	15,00	15,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	15,00	15,00	15,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	450,41	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	450,41	0,00
Total	15,00	15,00	15,00	0,00	450,41	0,00

14 Provisões para Contingências

- Contingências Trabalhistas**

No exercício de 2015 houve contingências trabalhistas a provisionar no valor de 15,00 R\$/mil.

- Contingências Cíveis**

No exercício de 2015 não houve contingências cíveis a provisionar, foram mantidos os saldos vindos de exercícios anteriores.

- Contingências Fiscais**

No exercício de 2014 possuímos o saldo de R\$ 450,41 reais mil de contingências fiscais. Em 2015 deu-se a baixa realizada através do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.



15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 1.233,32 (Reais/mil), sendo composto por 1.233.324 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
ODAIR CORNELIANI MILHOSSI	121	0,01
DORCILIO GONÇALVES DO CARMO	186	0,02
ARMINDO MARIN	701	0,06
ARCELINO MOIOLI	58	0,00
DIOGO SANCHES	158	0,01
EMMANUEL MESSIAS DE PAULA	186	0,02
CONSELHO FISCAL		
INACIA IZABEL FERREIRA	137	0,01
ELYDIO ZENI	124	0,01
REINALDO SABINO FIGUEIREDO	261	0,02
SUPLENTE		
CARLOS EDUARDO GONÇALVES	305	0,02
JOSE RODRIGUES DA SILVA	75	0,01
ANTONIO ALVARES AIRES	147	0,01
TOTAL	2.459	0,20
DEMAIS COTISTAS	1.230.865	99,80
TOTAL GERAL	1.233.324	100,00



Diretoria

Odair Cornéliani Milhossi - Diretor Presidente

Armindo Marin - Diretor Secretário

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	5,56	12.391,77
Sub Total	5,56	12.391,77
Total da Reserva de Capital	5,56	12.391,77

Reservas de Lucros e Sobras

	Legislação Societária	
	2015	2014
Reserva legal	1.705,89	1.705,89
FATES	2.654,95	0,00
Reserva de Desenvolvimento	9.752,12	0,00
Lucros/Prejuízo Acumulados	-107,09	20,86
Sobras/Perdas Destinadas a AGO	-2.147,21	-
Capital social	1.233,32	1.234,18
Sub Total	13.091,98	2.960,93

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2015 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

**16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

No exercício de 2015 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	6.074	5.548	47.988	47.082	16.333,67	10.995,16
Residencial	4.516	4.036	10.488	9.567	4.434,84	3.020,13
Industrial	23	19	10.770	10.200	3.688,78	2.263,42
Comercial	309	276	5.190	5.100	2.175,97	1.513,33
Rural	1.156	1.158	9.151	10.123	2.056,67	1.533,87
Poder público	1	1	221	229	77,17	252,56
Iluminação pública	57	48	1.779	1.559	423,68	59,17
Serviço público	12	10	10.389	10.304	3.476,56	2.352,68
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	10.752,05	7.706,92

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2015 e 2014 a CERRP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.



19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2015	2014	2015	2014
Companhia Nacional de Energia	14.926,11	15.636,72	1.313,01	912,51
CPFL	35.451,21	35.696,62	4.272,09	3.253,92
PROINFA	1.333	1.287	298,18	292,24
	51.710,32	52.620,34	5.883,28	4.458,67

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	52,79	1.562,37	1.948,21	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	19,33	663,79	807,74	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	13,88	301,48	317,59	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	99,50	3,49	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	-0,12	-5,90	-495,56	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	16,47	264,06	228,89	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	102,35	2.885,34	2.810,37	0,00	0,00
Material	0,00	5,57	276,80	471,14	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	194,96	659,29	611,47	0,00	0,00



Demonstrações Contábeis

Arrendam. e Aluguéis	0,00	26,85	757,95	852,80	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	13,82	662,96	534,93	0,00	0,00
Provisões	0,00	11,16	19,55	0,00	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	12,51	4,55	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	-1,35	15,00	0,00	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	4.366,49	5.950,75	0,00	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	2,46	0,00	28,08	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,47	35,76	34,41	0,00	0,00
Outras	0,00	26,02	3.165,96	550,45	0,00	0,00
Total Outras	0,00	4.395,44	9.152,47	612,94	0,00	0,00
Total Geral	0,00	4.750,14	14.414,36	5.893,65	0,00	0,00

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

Legislação societária

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2015	2014
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	511,19	0,00	0,00	511,19	250,38
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	511,19	0,00	0,00	511,19	250,38
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	511,19	0,00	0,00	511,19	250,38

**22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social**

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2015	2014
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.254,29)	133,33
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	0,00	97,13
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	0,00	97,13

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2015.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não foi implantado o plano previdenciário e outros benefícios aos empregados da Empresa, até o exercício de 2015.

25 Transações com Partes Relacionadas

A CERRP possui 02 (dois) Contratos com Partes Relacionadas, todos firmados com a UNIÃO – Cooperativa de Serviços Elétricos e Desenvolvimento. Os Contratos que versam sobre Locação de Imóveis e Locação de Veículos. As anuências foram concedidos para Regularização através dos seguintes Despachos da ANEEL:

- Locação de Imóveis: Despacho SFF/ANEEL nº. 3.704 de 01/11/2013.
- Locação de Veículos: Despacho SFF/ANEEL nº. 60948500.005809/2010-01 de 13/03/2014.

Vale salientar que o contrato de locação de veículos, na data deste Balanço, 31/12/2015, ainda aguardava a regularização por parte da SFF/ANEEL.



A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

legislação societária

	2015	2014
Remuneração	122,09	111,14
Encargos	50,37	45,66
Total	172,46	156,80

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2015 e 2014, exceção feita a aplicações a curtíssimo prazo em 2015, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

No exercício de 2015 não possuímos saldo de contingências fiscais. Em 2014 tínhamos o saldo de 450,41 R\$/mil.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

APÓLICE	TIPO	VIGÊNCIA	PRÊMIO	RAMO	OBS	SEGURADORA
0118.67.20.265-7	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	11/06/2015 A 11/06/2016	R\$ 14.790,24	IMÓVEL	SEDE DA EMPRESA	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
05.31/19234272	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	22/04/2015 A 22/04/2016	R\$ 3.208,40	VEÍCULO	PRESIDENTE	TÓKIO MARINE AUTO
05.31/19332264	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	30/06/2015 A 30/06/2016	R\$ 13.077,27	VEÍCULO	CAMINHÃO FUV 9426	TÓKIO MARINE AUTO
291.879-9	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	10/09/2015 A 10/09/2016	R\$ 1.559,88	GUINDASTE	CAMINHÃO FUV 9426	SUL AMÉRICA SEGUROS
05.31/19332252	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	30/06/2015 A 30/06/2016	R\$ 4219,51	VEÍCULO	CAMINHÃO FUJ 4553	TÓKIO MARINE AUTO
291951-1	INCÊNDIO, DANOS	06/08/2015 A	R\$	CESTO	CAMINHÃO	SUL AMERICA



	ELÉTRICOS E OUTROS.	06/08/2016	2.359,01	AÉREO	FUJ 4553	SEGUROS
1089701-0	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	31/07/2015 A 31/07/2016	R\$ 6.191,55	VEÍCULO	CAMINHÃO ESA 0426	SUL AMÉRICA SEGUROS
291.950-3	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTRO	31/07/2015 A 31/07/2016	R\$ 1.674,00	GUINDASTE	CAMINHÃO ESA 0426	SUL AMÉRICA SEGUROS

29 Eventos Subsequentes

29.1 Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT do 4º trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL nº 4722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 15/03/2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL 396/2010 que veio, entre outras ações, oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórios. Tal determinação já é visível em nossa Permissionária, com a edição dos quadros ATIVO/PASSIVO/DRE REGULATÓRIO e ATIVO/PASSIVO/DRE SOCIETÁRIO. Ainda nesta linha, a SFF/ANEEL, para o encerramento do exercício de 2011, determinou, através do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo/Passivo/DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Nossa Empresa já procedeu tais implementações. Para o Exercício de 2015, espera-se a imposição de grandes mudanças nesta linha, inclusive, que culminarão na duplicidade dos livros oficiais contábeis, onde teremos livros para os fins regulatórios e livros para os fins societários.



30 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2015, a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Demonstração do Balanço Social - 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	2015			2014		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			12.087,43			10.352,96
Lucro Operacional (LO)			(2.451,94)			(290,83)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.195,14			2.912,72
		% sobre			% sobre	
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	301,48	9,44%	2,49%	314,83	10,81%	3,04%
Encargos sociais compulsórios	714,16	22,35%	5,91%	779,47	26,76%	7,53%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	256,13	8,02%	2,12%	261,67	8,98%	2,53%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	15,50	0,49%	0,13%	13,60	0,47%	0,13%
Total	1287,27	40,29%	10,65%	1369,57	47,02%	13,23%



Demonstrações Contábeis

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	37,09	-1,51%	0,31%	33,24	-11,43%	0,32%
Total de contribuições para a sociedade	37,09	-1,51%	0,31%	33,24	-11,43%	0,32%
Tributos - excluídos encargos sociais	3.207,35	-130,81%	26,53%	2.058,88	-707,93%	19,89%
Total	3.244,44	-132,32%	26,84%	2.092,12	-719,36%	20,21%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%



Demonstrações Contábeis

	2015	2014
	em	em
	unidades	unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	38	54
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	4	4
Ensino médio	32	47
Ensino fundamental	2	3
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	13	14
De 30 até 45 anos (exclusive)	16	23
Acima de 45 anos	10	17
Admissões durante o período	4	9
Mulheres que trabalham na empresa	5	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	9	9
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	1,00%	1,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	0	0
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,58	7,29
Maior remuneração	9,02	9,26
Menor remuneração	1,43	1,27
Acidentes de trabalho	1	1



31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERRP, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sendo que, ao término do exercício de 2015, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual

A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 12.087,43 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 78,69% que foi de R\$ 6.764,44 (Reais/mil).

Número de Consumidores

O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2015 foi de 6.074, já em 2014 foi de 5.550 ocasionando um aumento de 9,44% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal

As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2015, importou em R\$ 2.885,34 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.912,72 (Reais/mil), ocasionado uma diminuição de 0,94% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2015, foi de R\$ 14.414,36 (Reais/mil), superior em 35,43% à do ano anterior que foi de R\$ 10.643,79 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira

O Resultado Financeiro no exercício de 2015, importou em R\$ 197,65 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2014, houve um Resultado Financeiro R\$ 424,16 (Reais/mil).



31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2015	2014
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	2,26	3,64
Seca	$(AC - E) / PC$	R\$	2,19	3,47
Absoluta	AD / PC	R\$	0,81	1,27
Geral	$(AC + RLP) / (PC + ELP)$	R\$	2,19	1,80
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	$(LB / VB) \times 100$	%	-12,35	1,05
Operacional s/ Vendas	$(LO / VB) \times 100$	%	-13,43	-2,30
Líquida s/ Vendas	$(LL / VB) \times 100$	%	-12,35	0,29
Líquida s/ Capital	$(LL / CS) \times 100$	%	-182,78	2,93
Líquida s/ Patrimônio Líquido	$(LL / PL) \times 100$	%	-17,21	0,24
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL / AT) \times 100$	%	-9,37	0,17
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	45,57	26,40
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	54,43	73,67
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	43,44	52,42
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	100,00	47,65
6. Garantias				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	82,19	885,15
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	847,62	885,15
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	4,63	3,95

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

**32 Créditos Fiscais**

		Legislação Societária		
Período	Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2015	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	154,79	143,57	298,36
Exercício de 2015	PIS/COFINS/CSLL – código 5952	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2015	IR pago a Maior	4,03	0,00	4,03
Exercício de 2015	CSLL pago a Maior	2,22	0,00	2,22
Exercício de 2015	PIS a Compensar	0,03	0,00	0,03
Exercício de 2015	COFINS a Compensar	0,13	0,00	0,13
Exercício de 2015	ICMS a recuperar	1,23	0,00	1,42
Exercício de 2015	IR retido na fonte	67,70	0,00	67,70
Total Geral				373,70

A CERRP possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERRP, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.



34 Energia Livre

A CERRP, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a CPF Paulista e a Companhia Nacional de Energia Elétrica, conforme instruções do Órgão Regulador.

A Empresa já tem estudado, para futuras compras de Energia Elétrica, qual a melhor opção oferecida no mercado e aceita pelo Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda. Todavia os consumidores da classe Residencial com até 90 KWH /MÊS estão isentos deste tributo conforme Decreto 50473 de 20 de Janeiro de 2006.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2015 na CERRP.

37 Revisão Tarifária Periódica - Fato Relevante

A CERRP deveria passar pela primeira revisão tarifária no ano de 2012, pois teve no ano de 2009, 2010 e 2011 apenas Reajuste Tarifário, que foram homologados pela ANEEL. Contudo, no exercício de 2012 ocorreu congelamento da tarifa de 2011 por atraso na definição das regras para a Primeira Revisão Tarifária Periódica. Em 2013, o congelamento da tarifa de 2011 foi prorrogado por mais um ano, já que, em nossa data contratual (abril) as regras estavam em aprovação na Diretoria da ANEEL. Em 2014, as regras já estão definidas e, foram aplicadas com efeitos retroativos. Como elas determinam uma redução tarifária, foi calculada bolha financeira referente a diferença entre a tarifa praticada e a retroativa publicada. Tal Bolha, originalmente calculada em R\$ 3.170,49, em nosso último Reajuste ainda somava R\$ 2.878,90 mil, dos quais R\$ 575,78 está sendo devolvido no exercício e, o saldo residual, corrigido e diferido para os próximos exercícios.

38 Ganhos Contingentes

A CERRP não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.



39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	5,62%	5,30%	4,98%
	Revisão 2012	IRT 2013	IRT 2014	IRT 2015
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.662,23	28.160,65	29.653,17	31.129,90
(2) Obrigações Especiais Bruta	728,09	769,01	809,76	850,09
(3) Bens Totalmente Depreciados	271,89	287,17	302,39	317,45
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	25.662,25	27.104,47	28.541,01	29.962,36
(5) Depreciação Acumulada	6.584,58	6.954,63	7.323,23	7.687,93
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	19.805,76	20.918,85	22.027,55	22.274,43
(7) Obrigações Especiais Líquida	728,09	769,01	809,76	850,09
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoxarifado em Operação	79,99	84,48	88,96	93,39
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	19.157,66	20.234,32	21.306,74	21.517,73
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	1.026,49	1.084,18	1.141,64	1.198,49
(13) Remuneração de Capital (RC)= BRR líq. x WACC	732,49	773,66	814,66	855,23



40 Reajuste Tarifário

A CERRP passou pelo 3º Reajuste tarifário, publicado no Diário Oficial – DOU no dia 15 de abril de 2011, através da Resolução Homologatória nº 1.134, que estabelece as tarifas a serem aplicadas pela CERRP, no período de 15 de abril de 2011 a 14 de abril de 2012. O reajuste médio foi de 5,99%, sendo 7,12% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -1,13% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 13,93% a ser percebido pelos consumidores cativos. Nos exercícios de 2013 e 2014 a CERRP teve sua tarifa congelada, em função do atraso na definição de regras para sua Primeira Revisão Tarifária Periódica. Esta Revisão ocorreu em 2014 com efeitos retroativos a 2012, bem como apresentaram reflexos no Reajuste Tarifário de 2014, mais especificamente com a “Bolha Financeira” reconhecida nos itens financeiros. Por fim, no exercício de 2015 a CERRP teve sua tarifa reajustada em 21,31%, sendo 25,03% referente a reajuste da Parcela A e Parcela B e (3,72) negativos referente itens financeiros. Na atualização da Parcela B, utilizou-se IPCA deduzido o Fator X.

41 Notas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuírem movimentação, sendo:

- Comodato;
- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Debentures;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial;

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.



42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Conforme determinação regulatória legal, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 1119.1.09. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor à receber sobre os subsídios: a) Subsídio Tarifa de Equilíbrio; b) Subsídio desconto Conexão de Consumidores Livres e Potencialmente Livres; c) Subsídios conexão Produtor Independente de Energia; d) Subsídios Suprimento Permissionária; e) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto; e f) Subsídio Consumidores Rurais.

Tais subsídios em dezembro/2015 somam um valor a receber de: 273,72R\$/MIL.

43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ (1.591,33) mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2015 foram utilizados as seguintes contas:

	2015	2014
Lucro/Prejuízo Líquido	-2.254,29	36,20
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	0,00	97,13
Depreciação e Amortização	662,96	548,75
	-1.591,33	682,08

**44 Balanço Patrimonial Fiscal**

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2015

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		8.313,81	-	8.313,81	-	8.313,81
Caixa e equivalentes de caixa		2.980,82	-	2.980,82	-	2.980,82
Consumidores	14.1	2.666,18	-	2.666,18	-	2.666,18
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		230,13	-	230,13	-	230,13
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		245,23	-	245,23	-	245,23
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	403,11	-	403,11	-	403,11
Despesas pagas antecipadamente		47,35	-	47,35	-	47,35
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.740,99	-	1.740,99	-	1.740,99



Demonstrações Contábeis

Ativo não circulante		26.409,28	(10.658,53)	15.750,75	-	15.750,75
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		143,57	-	143,57	-	143,57
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Investimentos temporários		14,50	-	14,50	-	14,50
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	5.135,90	5.135,90	(5.135,90)	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2,92	-	2,92	-	2,92
Imobilizado	14.4	26.156,59	(25.142,87)	1.013,72	14.484,34	15.498,06
Intangível	14.5	91,70	9.348,44	9.440,14	(9.348,44)	91,70
Total do ativo		34.723,09	(10.658,53)	24.064,56	-	24.064,56



Passivo						
Passivo circulante		3.684,83	-	3.684,83	-	3.684,83
Fornecedores		941,09	-	941,09	-	941,09
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1,24	-	1,24	-	1,24
Obrigações sociais e trabalhistas		178,56	-	178,56	-	178,56
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		444,21	-	444,21	-	444,21
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		760,66	-	760,66	-	760,66
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.086,65	-	1.086,65	-	1.086,65
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		69,30	-	69,30	-	69,30
Outros passivos circulantes		203,12	-	203,12	-	203,12
Passivo não circulante		7.282,18	-	7.282,18	-	7.282,18
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		15,00	-	15,00	-	15,00
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	2.524,97	-	2.524,97	-	2.524,97
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		4.742,21	-	4.742,21	-	4.742,21
Total do passivo		10.967,01	-	10.967,01	-	10.967,01

Patrimônio líquido

Capital social		1.233,32	-	1.233,32	-	1.233,32
Reservas de capital		(984,22)	989,78	5,56	(989,78)	(984,22)
Outros resultados abrangentes		10.658,54	(10.658,54)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(107,09)		(107,09)	-	(107,09)
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		14.112,97	-	14.112,97	-	14.112,97
Sobras à disposição da Assembleia		(1.157,44)	(989,77)	(2.147,21)	989,78	(1.157,43)
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		23.756,08	(10.658,53)	13.097,55	-	13.097,55
Total do passivo e do patrimônio líquido		34.723,09	(10.658,53)	24.064,56	-	24.064,56



DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2015

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		18.260,36	-	18.260,36	-	18.260,36
Fornecimento de energia elétrica		5.633,28	-	5.633,28	-	5.633,28
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		10.752,05	-	10.752,05	-	10.752,05
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		278,33	-	278,33	-	278,33
Serviços cobráveis		40,83	-	40,83	-	40,83
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		1.555,87		1.555,87	-	1.555,87
Tributos		(3.171,58)	-	(3.171,58)	-	(3.171,58)
ICMS		(2.801,47)	-	(2.801,47)	-	(2.801,47)
PIS-PASEP		(65,84)	-	(65,84)	-	(65,84)
COFINS		(303,90)	-	(303,90)	-	(303,90)
ISS		(0,37)	-	(0,37)	-	(0,37)
Encargos - Parcela "A"		(3.001,34)	-	(3.001,34)	-	(3.001,34)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(60,44)	-	(60,44)	-	(60,44)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.727,21)	-	(1.727,21)	-	(1.727,21)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(60,44)	-	(60,44)	-	(60,44)
Taxa de fiscalização		(29,35)	-	(29,35)	-	(29,35)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(1.123,90)	-	(1.123,90)	-	(1.123,90)
Receita líquida / Ingresso líquido		12.087,44	-	12.087,44	-	12.087,44



Demonstrações Contábeis

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(5.950,75)	-	(5.950,75)	-	(5.950,75)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.652,57)	-	(5.652,57)	-	(5.652,57)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(298,18)	-	(298,18)	-	(298,18)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		6.136,69	-	6.136,69	-	6.136,69
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(6.371,39)	(2.217,24)	(8.588,63)	0,38	(8.588,25)
Pessoal e administradores (inclui 309,80 de remuneração a administradores)		(3.195,15)	-	(3.195,15)	-	(3.195,15)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		(276,80)	-	(276,80)	-	(276,80)
Serviços de terceiros		(659,29)	-	(659,29)	-	(659,29)
Arrendamento e aluguéis		(757,95)	-	(757,95)	-	(757,95)
Seguros		(58,29)	-	(58,29)	-	(58,29)
Doações, contribuições e subvenções		(37,09)	-	(37,09)	-	(37,09)
Provisões		421,73	-	421,73	-	421,73
Recuperação de despesas		36,54	-	36,54	-	36,54
Tributos		(35,76)	-	(35,76)	0,38	(35,38)
Depreciação e amortização		(1.312,26)	649,30	(662,96)	-	(662,96)
Gastos diversos da atividade vinculada		(227,21)	(3.011,38)	(3.238,59)	-	(3.238,59)
Outras Receitas Operacionais		59,32	296,15	355,47	-	355,47
Outras Gastos Operacionais		(329,18)	(151,31)	(480,49)	-	(480,49)
Resultado da Atividade		(234,70)	(2.217,24)	(2.451,94)	0,38	(2.451,56)
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		197,65	-	197,65	-	197,65
Despesas financeiras		-511,19	-	(511,19)	-	(511,19)
Receitas financeiras		708,84	-	708,84	-	708,84
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(37,05)	(2.217,24)	(2.254,29)	0,38	(2.253,91)
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-



Resultado líquido das operações em continuidade		(37,05)	(2.217,24)	(2.254,29)	0,38	(2.253,91)
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas			-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		(37,05)	(2.217,24)	(2.254,29)	0,38	(2.253,91)
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		-	-	-	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias				-	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2015

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/ Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.234,18</u>	12.391,77	-	1.705,89	20,86	-	-	-	15.352,70
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	(0,86)	-	-	-	-	-	-	-	(0,86)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(107,09)	-	-	-	(107,09)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(2.147,21)	-	(2.147,21)
Reserva legal	-	-	-	(1.705,89)	-	1.705,89	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	2.654,95	-	-	2.654,95
Reserva de Capital	-	(12.386,21)	-	-	-	-	-	-	(12.386,21)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	(20,86)	9.752,12	-	-	9.731,26
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado – VNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	(989,78)	-	-	-	-	989,78	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.233,32	(984,22)	-	-	(107,09)	14.112,96	(1.157,43)	-	13.097,54



45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERRP realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2014, o saldo de 1.333,01 R\$/MIL

	Saldo 2014	Realizado	Recebido	A Receber
SUBVENÇÃO CDE - Rural a Receber	322,92	933,19	(1.073,57)	182,54
SUBVENÇÃO CDE - Serviço Publico a Receber	1.010,09	385,02	(1.309,04)	86,07
				268,61

46 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.

ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Presidente

NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente

LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2



1.7– Parecer do Conselho Fiscal Societário



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERRP

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ACOMPANHADO DO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2015.

Os signatários do presente, Membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP, declaram que examinaram o Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa, acompanhado do Balanço Geral encerrado em 31/12/2015, assim como todas as peças contábeis que o compõem: Demonstrativo de Resultado do Exercício, confirmando-os com a documentação respectiva, concluindo no final do exame que tudo se achava elaborado com perfeita técnica contábil expressando exatidão, motivo pelo qual aprovam a prestação de contas do referido exercício, recomendando a Assembléia Geral Ordinária que também o faça.

São José do Rio Preto, 03 de Março de 2016



Elydio Zeni
Matr. nº 2371



Reinaldo Sabino Figueiredo
Matr. nº 883



Inacia Izabel Ferreira
Matr. nº 1934



Rod. Délcio Custódio da Silva, km 4 – São José do Rio Preto – SP
Bairro São Pedro – Zona Rural – Caixa Postal 202 – CEP 15010-970
CNPJ 46.598.678/0001-19 – Inscrição Estadual 647.061.400.114
fone/fax: (17) 3236-2220 / 3236-7449 / 3236-7222 / 3500-3100
e-mail: cerrp@cerrp.com.br / alexandre@cerrp.com.br / aladim@cerrp.com.br



1.8 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Societárias

SEÇÃO VI **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

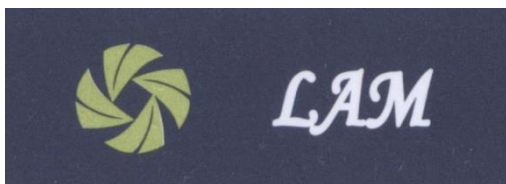
Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis da “**CERRP**” em 31 de dezembro de 2014, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 04 de março de 2016.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

HELIO ALBIERI

Contador CRC 1SP 119551/O-8



2 – REGULATÓRIAS

2.1– Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERRP - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.



· **Carta do Presidente**

A cada dia que passa surgem novos desafios, consequentemente nos obriga a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (junho/2008), consequentemente ingresso da CERRP no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações, exigências oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos, das quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos consumidores e cooperados.

Diante de tantas mudanças, ao findar 2015, lembramos que nossa trajetória começou com os Srs. José Pedro Salomão e Santo Verona, tendo a visão de que as propriedades rurais e a população precisavam ter energia em suas casas. Os dois Srs., com o apoio de um grupo de agricultores, com muita dedicação, construíram as primeiras redes de energia e iniciaram o atendimento a diversas propriedades rurais da região. Somos eternamente gratos a esse grupo de pessoas que desde o início acreditaram no sistema cooperativista, e provaram que através do trabalho e da união é possível realizar sonhos.

Uma vez realizadas as primeiras ligações, novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades espalhadas por todos os municípios que compreendem a área de atuação da CERRP, definida por Resolução Homologatória no ano de 2005. O surgimento dos empreendimentos imobiliários incrementou o desenvolvimento, surgindo os comércios, indústrias, poder público, serviço público e iluminação pública. Podemos dizer que esse foi o marco para o constante crescimento na demanda de energia elétrica fornecida pela CERRP, tornando a região um grande potencial de oportunidades.

Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, utilizando novas tecnologias, em todos os setores de nossa administração, adquirindo equipamentos seguidos de sistemas específicos de gestão possibilitando a integração das atividades, assegurando agilidade e confiabilidade aos colaboradores internos de modo a satisfazer seus 6.074 consumidores atuais. Com profissionais de visão e preparados para a quebra constante de paradigmas e implantação de novos valores, a CERRP está inserida em um processo contínuo de renovação e modernização, nunca esquecendo o compromisso social, econômico e ambiental.



Hoje, temos certeza que nossa missão acaba de se iniciar, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados aos longos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuímos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento, rentabilidade.

Salientamos que, mesmo com diversos encargos e investimentos necessários ao novo cenário (Regulado), não houve nenhum prejuízo ao atendimento do consumidor e, muito menos, na qualidade da prestação de nosso serviço. Tal fator nos trás orgulho e animo para os desafios que nos aguardam no futuro.

Aproveito à oportunidade para agradecer a todos ligados a CERRP, Senhores Sócios, Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Empresas Terceirizadas e Consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte, participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

• **Cenário**

A CERRP - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 40 anos de existência.

Em 2015, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo neutro sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 5,59% com relação à 2014. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 5,19 GWh (5,10 GWh em 2014). Somada, a demanda dos dois setores representa 33,26% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2015 (32,50% em 2014).

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Premio IASC 2015, onde a CERRP recebeu o prêmio máximo como a Permissionária que mais cresceu na percepção de seus consumidores em relação a satisfação com uma melhora de 19,11% em relação ao ano de 2014.



· **Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.**

· **Distribuição**

A Outorgada distribui energia elétrica em 13 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,04% dos consumidores do Estado de São Paulo. Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 480 novas ligações com destaque 4.516 residenciais, 309 comerciais, 1.156 rurais e 23 industriais, totalizando 6.074 consumidores atendidos pela Outorgada, número 9,48% superior ao de 2014.

Número de Consumidores					
Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	3.057	3.372	3.668	4.036	4.516
Comercial	199	238	257	276	309
Industrial	21	22	22	19	23
Rural	1.113	1.125	1.138	1.158	1.156
Poderes Públicos	-	1	1	1	1
Iluminação Pública	41	43	45	48	57
Serviço Público	1	2	8	10	12
Total	4.432	4.803	5.139	5.548	6.074
Variação	5,52%	8,37%	7,00%	7,96%	9,48%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 47,99 GWh (47,08 GWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram a Iluminação Pública e Residencial, com aumentos de 14,11% e 9,62% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:



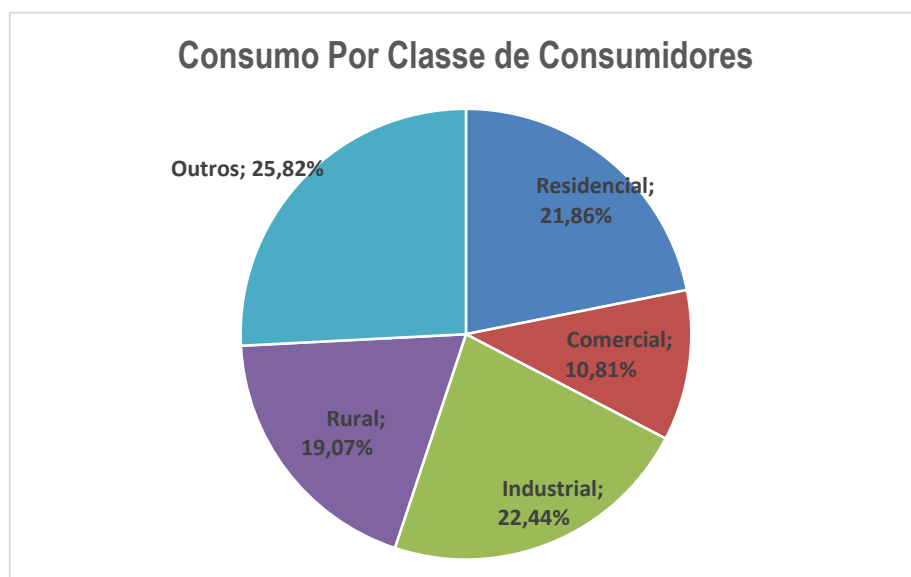
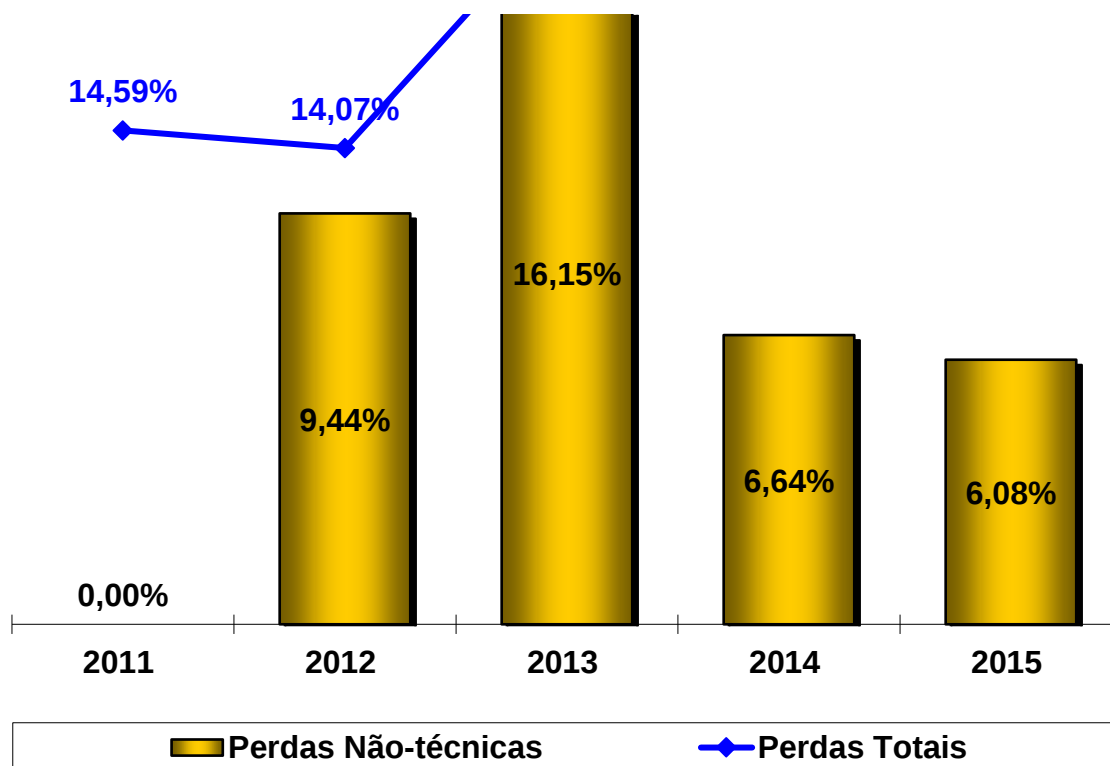
Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	38,41	42,33	43,74	47,08	47,99
Fornecimento	38,41	42,33	43,74	47,08	47,99
Residencial	6,23	7,01	7,63	9,57	10,49
Comercial	11,74	9,41	4,38	5,10	5,19
Industrial	1,54	5,02	10,10	10,20	10,77
Rural	9,09	9,17	9,19	10,12	9,15
Poderes Públicos	-	0,16	0,25	0,23	0,22
Iluminação Pública	1,05	1,29	1,35	1,56	1,78
Serviço Público	8,75	10,27	10,85	10,30	10,39
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	38,41	42,33	43,74	47,08	47,99
Variação	11,41%	10,21%	3,34%	7,63%	1,93%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 26,68% em 2014 para 2015.



Balanço Energético

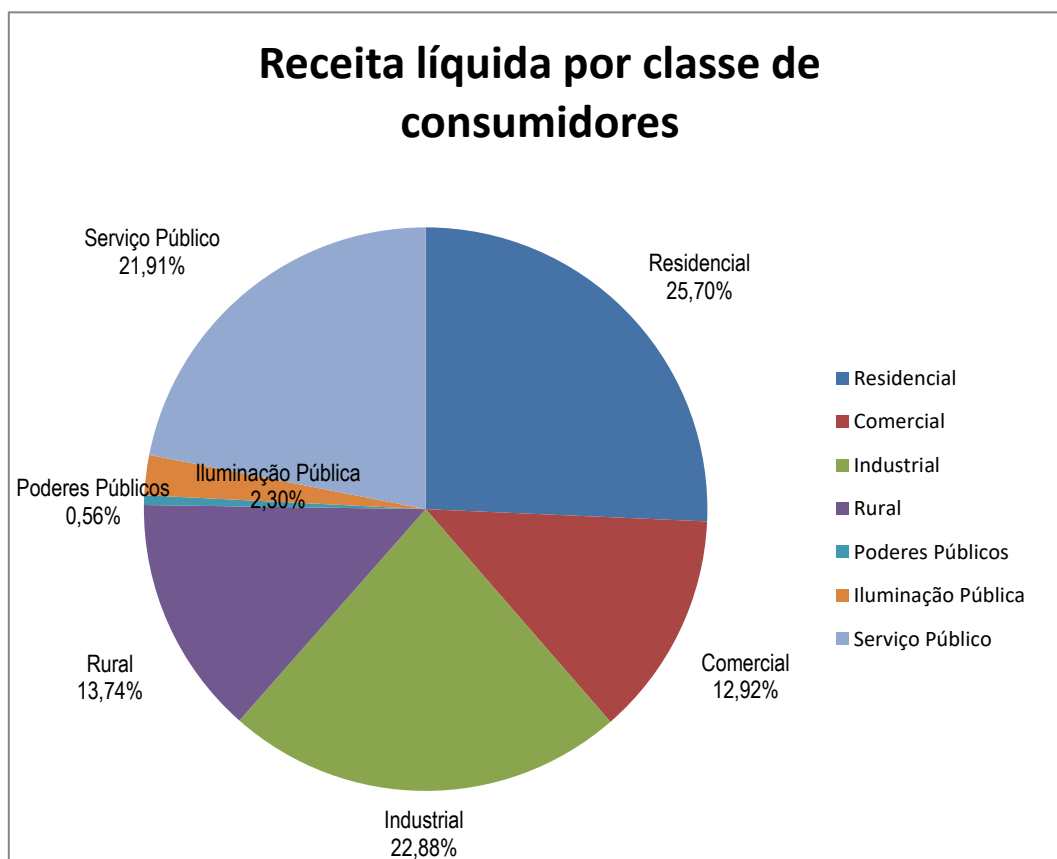
Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	38	42	43	44	46
- Fornecimento	38	42	43	44	46
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	38	42	43	44	46
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	7	7	12	11	12
Perdas Técnicas	7	2	3	8	8
Perdas não Técnicas - PNT	-	5	9	4	4
PNT / Energia Requerida %	0,00%	9,44%	16,15%	6,64%	6,08%
Perdas Totais - PT	7	7	12	11	12
PT / Energia Requerida %	14,59%	14,07%	21,28%	20,31%	20,68%
Total	45	49	55	56	58





Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 12.424,24 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	2015	2014	%
Residencial	3.192,46	2.329,72	37,03%
Comercial	1.605,30	1.210,68	32,60%
Industrial	2.842,61	1.835,40	54,88%
Rural	1.706,70	1.453,01	17,46%
Outros	3.077,17	2.172,53	106,78%
Poderes Públicos	69,05	57,01	21,11%
Iluminação Pública	285,35	198,69	43,61%
Serviço Público	2.722,77	1.916,82	42,05%
Total	12.424,24	9.001,33	38,03%





Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 9,48 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2015	2014	Var %
Residencial	4.516	4.036	11,89%
Comercial	309	276	11,96%
Industrial	23	19	21,05%
Rural	1.156	1.158	-0,17%
Outros	70	59	38,75%
Poderes Públicos	1	1	0,00%
Iluminação Pública	57	48	18,75%
Serviço Público	12	10	20,00%
Total	6.074	5.548	9,48%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 269,25/MWh, com aumento de 2,17% com relação a dezembro de 2014. Por meio da Resolução ANEEL no 1.875 de 14/04/2015, a Outorgada foi autorizada a aplicar sobre os contratos iniciais de compra e venda de energia elétrica com suas supridas, reajuste da ordem de 21,31%.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	456,11
Comercial	436,49
Industrial	342,57
Rural	226,03

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	0,33054	0,32128	0,32128	0,20163



Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2011	32,87	19,07	2,91
2012	23,92	15,77	1,51
2013	32,58	23,03	1,41
2014	21,38	15,20	1,50
2015	46,50	14,78	2,11

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, temos o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc., através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

· **Tecnologia da informação**

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERRP segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. Existe um projeto em implantação de instalação de religadores automatizados, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi desenvolvido um novo site para a Empresa, que vai possibilitar o uso por seus clientes de serviços on-line, como emissão de segundas vias, consultas a interrupções programadas e solicitações de serviços.

A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, já tendo iniciado o projeto de instalação de Reguladores de Tensão, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e, melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de uma melhor satisfação dos cooperados.

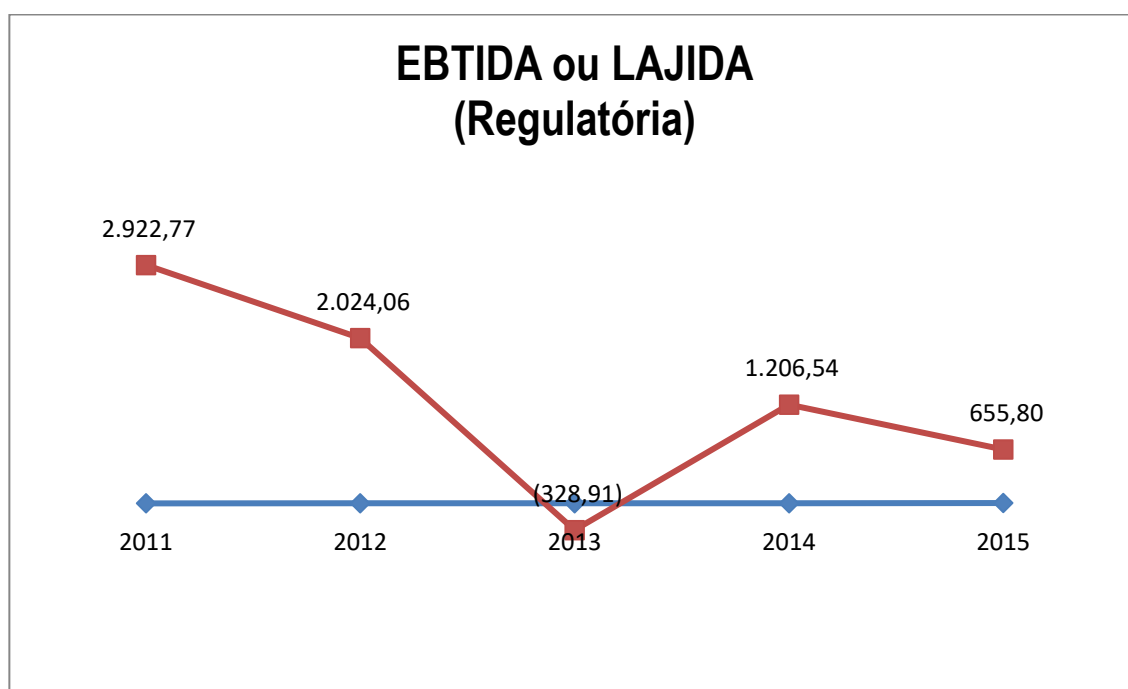


Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, as perdas líquidas foram de R\$ (37,05) mil, contra R\$ 526,22 mil em 2014, uma diminuição de 1.420,27%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 12.087,43 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 11.091,17 mil. Esse aumento de 8,98 % resulta da evolução nas vendas para consumidores finais em 1,93% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2015 foi de 21,31%".

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 12.052,27 mil, 11,74% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 945,63% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (0,16)% contra 2,54% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 655,80 mil, inferior em 83,97% a 2014, que foi de R\$ 1.206,54 mil, conforme evolução abaixo:





Investimentos: Em 2015, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.170 mil, 20,62% superiores em relação à 2014, dos quais R\$ 1.170 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 7.973 mil.

	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2015				
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto ¹	1.568	970	1.170	1.320	1.499	1.621	1.767	1.767
Transformador de Distribuição	120	153	215	206	369	434	493	493
Medidor	66	221	188	144	300	319	340	340
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	95	118	88	70	92	100	110	110
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	747	343	518	650	737	767	823	823
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-



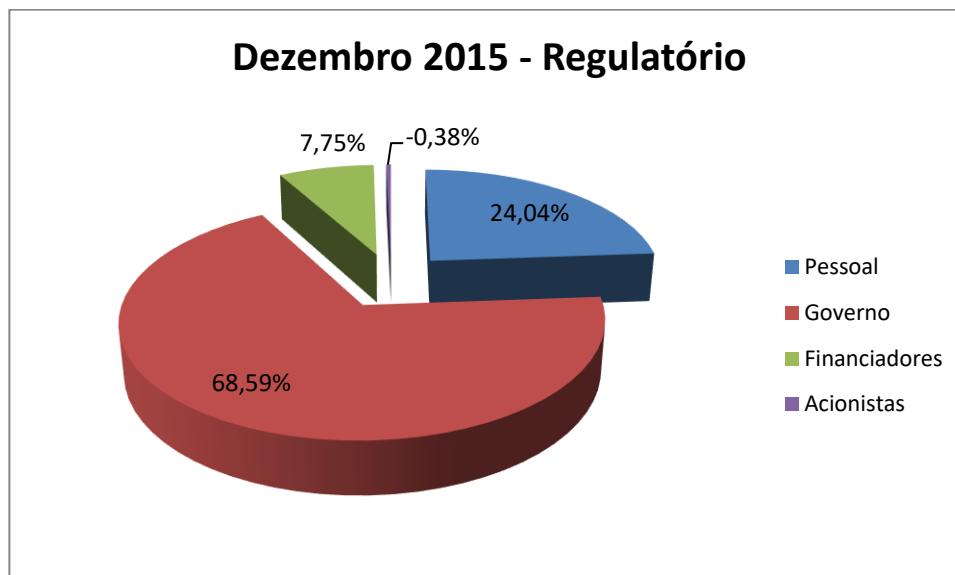
Demais Máquinas e Equipamentos	540	135	161	250	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015	1.170	1.320	1.499	1.621	1.767	1.767
R\$ Mil	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2014	1.135	949	949	949	-	-
Diferença	3,1%	39,2%	58,0%	70,9%	100%	100%

OBS: As diferenças apontadas nos Planos de Investimentos elaborados em 2014 e 2015 são devido à mudança no método utilizado para a elaboração dos mesmos, o método atual busca atender melhor o que determina o Órgão Regulador sobre o planejamento.

Valor adicionado regulatório: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 9.581,14 mil, representando 52,47% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 1.233.32 mil, composto por 1.233.324 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.



· Gestão

Administração: Durante o ano de 2015 a permissionária manteve o franco processo e adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CERRP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Quinzenalmente são realizadas, nas dependências da CERRP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

Recursos humanos: Em 2015 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.



Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2015	2014	%
Atendimento			
Número de consumidores	6.074	5.550	9,44%
Número de empregados	38	54	-29,63%
Número de consumidores por empregado	160	103	55,34%
Número de localidades atendidas	13	13	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	664,00	664,0	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	19,40	19,30	0,49%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.256,99	2.298,78	-1,82%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	269,25	263,52	2,17%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	314,88	361,94	-13,00%
Comercial	320,43	330,98	-3,19%
Industrial	252,59	250,59	0,80%
Rural	189,09	162,13	16,63%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	46,50	21,38	117,49%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	2,41	1,58	52,28%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	15,816	15,07	4,95%
FEC (número de interrupções)	14,78	15,20	-2,76%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,18	0,19	-6,32%



Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	773,45	746,81	3,57%
Capacidade instalada (MW)	42,94	39,31	9,23%
Financeiros			0,00%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	18.260,36	13.402,03	36,25%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.087,43	11.091,17	8,98%
Margem operacional do serviço líquida (%)	51,07%	20,84%	145,11%
EBITDA OU LAJIDA	655,80	1.206,54	-45,65%
Lucro líquido (R\$ mil)	-37,05	623,35	-105,94%
Lucro líquido por mil cotas	-37,05	623,35	-105,94%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	23.756,08	24.536,91	-3,18%
Valor patrimonial por cota R\$	23.756,08	24.536,91	-3,18%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,00	0,03	-106,14%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,46	0,35	33,34%
Em moeda nacional (%)	0,46	0,35	33,34%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			0,00%
Salário Médio dos Funcionários	2,14	2,62	-18,32%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1360,80	974,46	39,65%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	8,51	9,48	-10,20%
Retorno de ativos por unidade	-0,01	0,01	-200,00%



· **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

São José do Rio Preto, 20 de abril de 2016

A Administração



2.2– Balanço Patrimonial – BPREG

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Ativo Circulante	8.313,81	5.577,76
Caixa e equivalentes de caixa	2.980,82	1.898,82
Consumidores	2.666,18	1.594,29
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	26,45
Tributos compensáveis	230,13	212,96
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	245,23	262,57
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	403,11	-
Despesas pagas antecipadamente	47,35	186,91
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.740,99	1.395,76
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	26.409,28	27.454,50
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	143,57	234,42
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	14,50	13,06
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	4,55
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2,92	2,92
Imobilizado	26.156,59	27.095,27
Intangível	91,70	104,28
Total do ativo	34.723,09	33.032,26

**Passivo**

Passivo Circulante	3.684,83	1.756,48
Fornecedores	941,09	683,58
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1,24	4,06
Obrigações sociais e trabalhistas	178,56	268,17
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	444,21	243,87
Provisão para litígios		-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	760,66	129,14
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.086,65	261,09
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	69,30	-
Outros passivos circulantes	203,12	166,57
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	7.282,18	6.738,87
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	15,00	450,41
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	2.524,97	2.732,85
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	4.742,21	3.555,61
Total do passivo	10.967,01	8.495,35



Demonstrações Contábeis

Patrimônio líquido	23.756,08	24.536,91
Capital social	1.233,32	1.234,18
Reservas de capital	(984,22)	9.184,74
Outros resultados abrangentes	10.658,54	12.050,73
Reservas de lucros	-	1.705,89
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(107,09)	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	14.112,97	-
Sobras à disposição da Assembleia	(1.157,44)	361,37
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	23.756,08	24.536,91
Total do passivo e do patrimônio líquido	34.723,09	33.032,26

- -



2.3 – Demonstração do Resultado do Exercício – DREREG

	Consolidado	
	2015	2014
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	18.260,36	13.402,03
Fornecimento de energia elétrica	5.633,28	4.260,04
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	10.752,05	7.706,91
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	278,33	-
Serviços cobráveis	40,83	28,82
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	1.555,87	1.406,26
Tributos	(3.171,58)	(2.024,02)
ICMS	(2.801,47)	(1.834,96)
PIS-PASEP	(65,84)	(33,61)
COFINS	(303,90)	(155,07)
ISS	(0,37)	(0,38)
Encargos - Parcela "A"	(3.001,34)	(317,39)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(60,44)	(55,46)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(60,44)	(55,46)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.727,21)	(175,93)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(29,35)	(30,54)
Outros encargos	(1.123,90)	-
Receita líquida / Ingresso líquido	12.087,44	11.060,62
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(5.950,75)	(4.366,49)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.950,75)	(4.366,49)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.136,69	6.694,13



Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.371,39)	(6.494,93)
Pessoal e administradores	(3.195,15)	(3.193,02)
Material	(276,80)	(476,72)
Serviços de terceiros	(659,29)	(806,43)
Arrendamento e aluguéis	(757,95)	(879,65)
Seguros	(58,29)	(39,02)
Doações, contribuições e subvenções	(37,09)	(33,24)
Provisões	421,73	(11,17)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	36,54	27,66
Tributos	(35,76)	(34,88)
Depreciação e amortização	(1.312,26)	(889,25)
Gastos diversos	(227,21)	(53,63)
Outras Receitas Operacionais	59,32	45,73
Outras Despesas Operacionais	(329,18)	(151,31)
Resultado da Atividade	(234,70)	199,20
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	197,65	424,15
Despesas financeiras	(511,19)	(250,38)
Receitas financeiras	708,84	674,53
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(37,05)	623,35
Despesa com impostos sobre os lucros	-	(97,13)
Resultado líquido das operações em continuidade	(37,05)	526,22
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-



Lucro por ação	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.



2.4– Demonstração da Muta  o do Patrimônio Líquido – DMPLREG

DMPL - Demonstr  o das Muta  es do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi��o da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	157,43	8.682,16	-	1.703,11	1.075,73	-	-	-	11.618,43
Remunera��o das imobiliza��es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1.076,75	-	-	-	(1.075,72)	-	-	-	1,03
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza��o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina��es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	36,20	-	-	-	36,20
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	490,01	12.050,73	-	340,51	-	-	-	12.881,25
Destina��o proposta �� A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	2,78	(2,78)	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	12,57	-	-	(12,57)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.234,18	9.184,74	12.050,73	1.705,89	361,37	-	-	-	24.536,91
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(0,86)	-	-	-	-	-	-	-	(0,86)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(107,09)	-	-	-	(107,09)
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	2.217,25	(1.392,19)	-	(340,51)	-	989,78	-	1.474,33
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(2.147,21)	-	(2.147,21)
Reserva legal	-	-	-	(1.705,89)	-	1.705,89	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	2.654,95	-	-	2.654,95
Reserva de Capital	-	(12.386,21)	-	-	-	-	-	-	(12.386,21)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	(20,86)	9.752,12	-	-	9.731,26
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.233,32	(984,22)	10.658,54	-	(107,09)	14.112,96	(1.157,43)	-	23.756,08



2.5– Demonstração do Fluxo de Caixa – DFCREC

	2015	2014
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	15.851,89	11.004,32
Outros recebimentos	367,65	15,37
Pagamentos a fornecedores	(2.282,08)	(3.695,64)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(5.850,84)	(3.790,14)
Pagamentos a empregados	(2.020,52)	(2.036,55)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(1.233,04)	(1.194,52)
Tributos Estaduais e Municipais	(1.153,49)	(366,62)
Encargos Setoriais	(1.805,36)	(236,36)
Outros Pagamentos	(483,89)	(70,12)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	1.390,32	(370,26)
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	1,20	73,84
Aquisição de imobilizado	(400,68)	(1.255,44)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(399,48)	(1.181,60)
Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	198,39	244,58
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	4,06
Pagamento de empréstimos	-	-
Outras Despesas Financeiras	(107,23)	(72,61)
Dividendos pagos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	91,16	176,03



Demonstrações Contábeis

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.082,00	(1.375,83)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.898,82	3.274,65
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.980,82	1.898,82

1.082,00 -1.375,83

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.



2.6– Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.



Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.



Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 03 a 04, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 02 de maio de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.



O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº15.



Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.



Demonstrações Contábeis

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2015	Total 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIAD A VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	2.081,60	-	387,99	10,88	9,86	428,47	(445,96)	108,23	-	-	-	(4,94)	2.576,14	1.460,69
Residencial	460,56	-	231,30	6,44	8,66	69,39	(84,49)	27,12		-	-	(4,22)	714,77	429,59
Industrial	368,50	-	12,57	-	-	309,06	(309,06)	2,19	-	-	-	(0,72)	382,54	219,81
Comercial	208,28	-	88,16	2,15	0,29	34,53	(34,82)	77,06	-	-	-	-	375,64	200,81
Rural	189,49	-	55,95	2,29	0,91	15,50	(15,50)	1,86	-	-	-	-	250,50	150,72
Poderes Públicos	6,68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,68	5,19
Iluminação Pública	53,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53,35	23,88
Serviço Público	320,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320,18	157,44
Serviço Taxado	8,93	-	-	-	-	-	(2,09)	-	-	-	-	-	6,84	7,28
Fornecimento Não Faturado	465,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	465,63	265,97
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.081,60	-	387,99	10,88	9,86	428,47	(445,96)	108,23	-	-	-	(4,94)	2.576,14	1.460,69



A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2015 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.



Demonstrações Contábeis

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	33.588,20	2.304,91	(779,85)	-	(1.078,08)	34.035,18	1.525,06	(9.794,06)	24.241,12	24.678,21	-	-	-
Terrenos	-	81,32	-	-	-	81,32	81,32	-	81,32	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	32.694,31	2.187,09	(762,11)	-	(1.078,08)	33.041,21	1.424,98	(9.621,95)	23.419,26	23.829,78	-	-	-
Veículos	848,02	4,40	-	-	-	852,42	4,40	(162,56)	689,86	807,28	-	-	-
Móveis e utensílios	45,86	32,10	(17,74)	-	-	60,22	14,36	(9,55)	50,67	41,16	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Administração	308,58	1,10	(3,57)	-	-	306,11	(2,47)	(114,23)	191,89	219,32	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	127,63	1,10	-	-	-	128,73	1,10	(55,16)	73,57	83,33	-	-	-
Veículos	77,40	-	-	-	-	77,40	-	(29,75)	47,65	58,69	-	-	-
Móveis e utensílios	103,56	-	(3,57)	-	-	99,99	(3,57)	(29,32)	70,67	77,30	-	-	-
Comercialização	39,91	-	-	(39,91)	-	-	(39,91)	-	-	29,55	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	23,86	-	-	(23,86)	-	-	(23,86)	-	-	15,37	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	16,05	-	-	(16,05)	-	-	(16,05)	-	-	14,18	-	-	-
Subtotal	33.936,68	2.306,01	(783,42)	(39,91)	(1.078,08)	34.341,29	1.482,68	(9.908,29)	24.433,00	24.927,08	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	2.168,19	2.739,23	-	(3.183,82)	-	1.723,60	(444,59)	-	1.723,60	2.168,19	-	-	-
Máquinas e equipamentos	970,97	1.944,02	-	(2.233,52)	-	681,47	(289,50)	-	681,47	970,97	-	-	-
Outros	1.197,22	795,21	-	(950,30)	-	1.042,13	(155,09)	-	1.042,13	1.197,22	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.168,19	2.739,23	-	(3.183,82)	-	1.723,60	(444,59)	-	1.723,60	2.168,19	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	36.104,88	5.045,24	(783,42)	(3.223,73)	(1.078,08)	36.064,89	1.038,09	(9.908,29)	26.156,60	27.095,27	-	-	-



Demonstrações Contábeis

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	62,00	28,00	-	-	-	90,00	28,00	(33,47)	56,53	46,54
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	62,00	28,00	-	-	-	90,00	28,00	(33,47)	56,53	46,54
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	163,07	-	-	-	-	163,07	-	(127,91)	35,16	57,75
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	163,07	-	-	-	-	163,07	-	(127,91)	35,16	57,75
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	225,07	28,00	-	-	-	253,07	28,00	(161,38)	91,69	104,29



Demonstrações Contábeis

Ativo Intangível em Curso

Geração	-	-	-	-	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Distribuição	-	28,00	-	(28,00)	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	28,00	-	(28,00)	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Administração	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Subtotal	-	28,00	-	(28,00)	-	-	-			
Total do Ativo Intangível	225,07	56,00	-	(28,00)	-	253,07	28,00	(161,38)	91,69	104,29



Demonstrações Contábeis

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	32.694,31	2.187,09	(762,11)	-	(1.078,08)	33.041,21	1.424,98
Transformador de Distribuição	3.162,92	439,50	(86,79)	-	(155,87)	3.359,76	352,71
Medidor	1.252,73	146,88	(28,98)	-	(8,02)	1.362,61	117,90
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.348,34	683,38	(34,79)	-	-	2.996,93	648,59
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	25.930,32	917,33	(611,55)	-	(914,19)	25.321,91	305,78
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

	2015				2014
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Liquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	4,52	34.035,18	(9.794,06)	24.241,12	24.724,75
Custo histórico	2,26	17.415,52	(3.832,94)	13.582,58	12.674,02
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	2,26	16.619,66	(5.961,12)	10.658,54	12.050,73
Administração	9,31	306,14	(114,27)	191,87	277,07
Custo histórico	9,31	306,14	(114,27)	191,87	277,07
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	29,55
Custo histórico	-	-	-	-	29,55
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Em curso	-	-	-	-	-
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortiz ação	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.505,40	36,62	385,15	-	-	16,86	1.944,03
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratar	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	795,21	-	-	-	-	-	795,21
Total das Adições	2.300,61	36,62	385,15	-	-	16,86	2.739,24

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 367 de 2009, são as seguintes



Taxas Anuais de Depreciação

Geração

Equipamento geral	10,00
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50

Transmissão

Condutor do sistema	2,50
Equipamento geral	10,00
Estrutura do sistema	2,50
Religadores	4,30

Distribuição

Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00

Administração central

	-
Equipamento geral	10,00
Veículos	20,00

Comercialização

	-
Descrever os grupos relevantes.....)	-

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.



As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLIX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x120MM²+70MM², TRIFÁSICO	119,16
TERRENO	81,32
CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLIX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x70MM²+70MM², TRIFÁSICO	78,41
CABO DE ALUMÍNIO PROTEGIDO XLPE, BITOLA 70 MM², MONOFÁSICO	63,71
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 9 METROS, 400 DAN	49,74
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 9 METROS, 200 DAN	47,09
CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLIX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x120MM²+70MM², TRIFÁSICO	42,24
CHAVE RELIGADORA 15 KV	40,02
CHAVE RELIGADORA 15 KV	36,35
CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLIX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x120MM²+70MM², TRIFÁSICO	35,13

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
LUMINÁRIA COMPLETA	60,66
LUMINÁRIA COMPLETA	53,05
LUMINÁRIA COMPLETA	42,20
LUMINÁRIA COMPLETA	34,59
LUMINÁRIA COMPLETA	23,17
LUMINÁRIA COMPLETA	19,79
LUMINÁRIA COMPLETA	18,93
LUMINÁRIA COMPLETA	17,43
LUMINÁRIA COMPLETA	16,26
LUMINÁRIA COMPLETA	13,03



6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERRP não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2015.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.



iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2014 e 2015. Tivemos, porém, os efeitos da Bolha Financeira ocasionada pelo atraso da Revisão Tarifária Periódica de 2012, cuja publicação foi realizada em exercícios seguintes com efeitos retroativos. Em nosso último IRT, o efeito financeiro desta bolha importava em R\$ (575,78) mil negativos.



Demonstrações Contábeis

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	127,43	411,16	(178,30)	3,32	39,50	403,11	36,03	367,08	403,11	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	33,23	38,97	-	3,32	(47,54)	27,98	-	27,98	27,98	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	94,20	372,19	(178,30)	-	87,04	375,13	36,03	339,10	375,13	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	127,43	411,16	(178,30)	3,32	39,50	403,11	36,03	367,08	403,11	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:



Demonstrações Contábeis

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.993,95	1.506,55	(1.056,35)	19,42	148,05	3.611,62	3.611,62	-	1.086,65	2.524,97
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	82,55	536,72	(86,31)	19,42	(141,97)	410,41	410,41	-	410,41	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	2.891,38	367,89	(590,36)	-	-	2.668,91	2.668,91	-	143,94	2.524,97
Outros	20,02	601,94	(379,68)	-	290,02	532,30	532,30	-	532,30	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.993,95	1.506,55	(1.056,35)	19,42	148,05	3.611,62	3.611,62	-	1.086,65	2.524,97



Demonstrações Contábeis

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexado ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto. Juros	Frequência Pgto. Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
																2T-4T2014	2015	2016	2017	2018	2019+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	-	1,24	-	1,24	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1,24	-	1,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principa l de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimple nte	Datas de captação repactuaç ão	Tipo de garantia	Indexad or ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto. Juros	Frequên cia Pgto. Juros	Data Próxima Amortiz ação	Venci ment o Final	Frequên cia de Amortiz ação	Siste mátic a de Amort ização	2T- 4T201 4	2 0 1 5	2 0 1 6	2 0 1 7	2 0 1 8	2 0 1 9 +	Total
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	2561,22	-	2561,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	14,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credicitrus	-	-	14,49	14,49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	0,01	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	4,06
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(2.561,22)	-	(2.575,72)	(1.911,87)
Alta Liquidez	-	(2.561,22)	-	(2.561,22)	-1.898,82
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(14,50)	(14,50)	-13,05
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(2.561,22)	-	(2.574,49)	(1.907,81)



8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERRP não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2014 e 2015.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	-	-	450,41	-	-	-	450,41
Constituição	15,00	-	-	-	-	-	15,00
Baixas/reversão	-	-	(450,41)	-	-	-	(450,41)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	15,00	-	-	-	-	-	15,00

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de



Demonstrações Contábeis

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	18,36	(4.623,88)	-	-	(4.623,88)
Participação da União, Estados e Municípios	4,00	(284,70)	-	-	(284,70)
Participação Financeira do Consumidor	3,49	(312,13)	-	-	(312,13)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,29	(3.920,11)	-	-	(3.920,11)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,98	(90,00)	-	-	(90,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,60	(16,94)	-	-	(16,94)
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	18,36	328,84	-	-	328,84
Participação da União, Estados e Municípios	4,00	23,68	-	-	23,68
Participação Financeira do Consumidor	3,49	29,95	-	-	29,95
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,29	265,29	-	-	265,29
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,98	6,69	-	-	6,69
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,60	3,23	-	-	3,23
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	1836,00%	(4.295,04)	-	-	(4.295,04)



Demonstrações Contábeis

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2015	Valor Liquido em 31/12/2014
Em serviço	(3.483,67)	(1.140,20)	-	-	-	(4.623,87)	(1.140,20)	328,84	(4.295,03)	(3.310,51)
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	-	-	-	-	(284,70)	-	23,68	(261,02)	(272,44)
Participação Financeira do Consumidor	(251,50)	(60,63)	-	-	-	(312,13)	(60,63)	29,95	(282,18)	(232,48)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(2.870,03)	(1.050,07)	-	-	-	(3.920,10)	(1.050,07)	265,29	(3.654,81)	(2.733,83)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(62,00)	(28,00)	-	-	-	(90,00)	(28,00)	6,69	(83,31)	(58,92)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(15,44)	(1,50)	-	-	-	(16,94)	(1,50)	3,23	(13,71)	(12,84)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	173,16	155,68	-	-	-	328,84	155,68	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	12,26	11,42	-	-	-	23,68	11,42	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	19,02	10,93	-	-	-	29,95	10,93	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	136,20	129,09	-	-	-	265,29	129,09	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,08	3,61	-	-	-	6,69	3,61	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	2,60	0,63	-	-	-	3,23	0,63	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(3.310,51)	(984,52)	-	-	-	(4.295,03)	(984,52)	328,84	(4.295,03)	(3.310,51)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2015	Valor Liquido em 31/12/2014
Em Curso	(64,16)	(105,34)	-	60,63	-	(108,87)	(44,71)	-	(108,87)	(64,16)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(64,16)	(105,34)	-	60,63	-	(108,87)	(44,71)	-	(108,87)	(64,16)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(180,94)	(430,87)	273,50	-	-	(338,31)	(704,37)	-	(885,31)	(180,94)
Ultrapassagem de demanda	-	(108,24)	-	-	-	(108,24)	(108,24)	-	(108,24)	-
Excedente de reativos	-	(207,94)	-	-	-	(207,94)	(207,94)	-	(207,94)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(180,94)	(114,69)	273,50	-	-	(22,13)	(388,19)	-	(569,13)	(180,94)
Total	(245,10)	(536,21)	273,50	60,63	-	(447,18)	(749,08)	-	(994,18)	(245,10)



As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1- Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 09/2015	430,52
2 - Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 09/2014	217,75
3 - Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 09/2014	169,97
4 - Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 09/2014	100,23
5 - Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 09/2014	87,45
6 - Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 09/2014	44,16
7 - Participação da União, Estados e Municípios Mês 12/2015	31,44
8 - Pesquisa e Desenvolvimento Mês 01/2015	28,00
9 - Participação da União Mês 03/2015	16,00
10 - Participação da União Mês 12/2015	4,95

OBS: Não ocorrem baixas no exercício de 2015.

11. Patrimônio Líquido**Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 1.233,32 mil e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cotista	Cotas	%
Odair Cornelian Milhossi	121	0,01
Dorcilio Gonçalves do Carmo	186	0,02
Armando Marin	701	0,06
Arcelino Moiola	58	0,00
Diogo Sanches	158	0,01
Emmanuel Messias de Paula	186	0,02
Inácia Izabel Ferreira	137	0,01
Elydio Zeni	124	0,01
Reinaldo Sabino Figueiredo	261	0,02
Carlos Eduardo Gonçalves	305	0,02
Jose Rodrigues da Silva	75	0,01
Antônio Alvares Aires	147	0,01
Total	2.459	0,20



Reservas de Capital

	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-984,22	9.184,74
Total	(984,22)	9.184,74

Reservas de lucros

	2015	2014
Reserva legal	-	1.705,89
Lucros a realizar	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	-	1.705,89

Reservas de Sobras

	2015	2014
Reserva legal	1.705,89	-
Lucros a realizar	-	-
FATES	2.654,95	-
Reservas Estatutárias	9.752,12	-
Total	14.112,96	-

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de Reserva para FATES e 10% de Reserva de Desenvolvimento.



12. Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
Receita Bruta	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	6.074	5.548	47.988	47.082	16.333,67	10.995,16
Residencial	4.516	4.036	10.488	9.567	4.434,84	3.020,13
Industrial	23	19	10.770	10.200	3.688,78	2.263,42
Comercial	309	276	5.190	5.100	2.175,97	1.513,33
Rural	1.156	1.158	9.151	10.123	2.056,67	1.533,87
Poder público	1	1	221	229	77,17	252,56
Iluminação pública	57	48	1.779	1.559	423,68	59,17
Serviço público	12	10	10.389	10.304	3.476,56	2.352,68
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	10.752,05	7.706,92
Consumidores Cativos	-	-	-	-	10.752,05	7.706,92
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(10.900,06)	(7.763,49)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(55,89)	(56,57)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(92,12)	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(10.752,05)	(7.706,92)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	199,67	35,52
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	590,36	139,90
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(312,03)	852,92
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	40,83	28,82
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.555,87	1.406,25
Total	6.074,00	5.548	47.988,00	47.082,00	18.260,36	13.402,00



13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2015	2014
Pessoal	2.885,35	2.912,73
Remuneração	1.562,37	1.930,66
Encargos	663,79	779,46
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	99,55	23,54
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	565,54	586,54
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	(5,90)	(407,47)
Administradores	309,80	280,31
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	302,23	273,21
Benefícios dos administradores	7,57	7,10
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	3.195,15	3.193,04

**15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	(37,05)	623,35
Ajustes Efeitos IFRS	(2.217,24)	(490,02)
Lucro Ajustado	(2.254,29)	133,33
Ajustes Lalur	2.254,29	271,38
Base de Calculo Fiscal	-	404,71
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	(97,13)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(97,13)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.



Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014. Como a nova tarifa foi menor que a de 2011, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver de valor muito relevante para nosso porte, no valor de R\$ 3.170,49

Esta bolha financeira, atualmente, no exercício do Reajuste Anual Tarifário base 2015/2016, está ainda avaliada em:

Bolha financeira a ser devolvida no exercício: R\$ 575,78

Bolha financeira diferida para os próximos exercícios: R\$ 2.303.12

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizado pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº1875, de 14 de abril de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 21,31%, correspondendo a um efeito médio de 29,02% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2015.

17.3. Composição da Base de Remuneração

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;



- b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos

que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.662,23
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	728,09
(4) Bens Totalmente Depreciados	271,89
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	25.662,25
(6) Depreciação Acumulada	6.584,58
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	20.077,66
(10) Almoxarifado em Operação	79,99
(11) Ativo Diferido	-



(12) Obrigações Especiais Líquida	728,09
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	19.429,55
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.026,49
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	732,49

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos,

e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.325,58
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	331,40
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	331,40
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	662,79
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	18,12
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	53,59
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	137,55
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	209,26

**17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados**

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTTP anterior e o CRTTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisão	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	8.301,30	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	2.921,34	-	-	-	-	-
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	29,51	-	-	-	-	-
CDE	2.481,63	-	-	-	-	-
PROINFA	293,60	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	116,60	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	2.271,86	-	-	-	-	-
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	2.271,86	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

1.3. Compra de Energia	3.108,10	-	-	-	-	-
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	3.108,10	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	6.409,30	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	6.409,30	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	25,03	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	(3,72)	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	21,31	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	(7,33)	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	29,02	-	-	-	-	-



2.7 – Notas Conciliatórias Societária x Regulatória

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		8.313,81	-	8.313,81	5.577,76	(127,42)	5.450,34
Caixa e equivalentes de caixa		2.980,82	-	2.980,82	1.898,82	-	1.898,82
Consumidores	14.1	2.666,18	-	2.666,18	1.594,29	-	1.594,29
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	26,45	-	26,45
Tributos compensáveis		230,13	-	230,13	212,96	-	212,96
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		245,23	-	245,23	262,57	-	262,57
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	403,11	-	403,11	-		-



Demonstrações Contábeis

Despesas pagas antecipadamente		47,35	-	47,35	186,91	(127,42)	59,49
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.740,99	-	1.740,99	1.395,76	-	1.395,76
Ativo não circulante		26.409,28	(10.658,53)	15.750,75	27.454,50	(12.050,74)	15.403,76
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		143,57	-	143,57	234,42	-	234,42
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		14,50	-	14,50	13,06	-	13,06
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	5.135,90	5.135,90	4,55	4.227,33	4.231,88
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2,92	-	2,92	2,92	-	2,92
Imobilizado	14.4	26.156,59	(25.142,87)	1.013,72	27.095,27	(25.997,97)	1.097,30
Intangível	14.5	91,70	9.348,44	9.440,14	104,28	9.719,90	9.824,18



Demonstrações Contábeis

Total do ativo	34.723,09	(10.658,53)	24.064,56	33.032,26	12.178,16)	20.854,10
----------------	-----------	-------------	-----------	-----------	------------	-----------



Demonstrações Contábeis

Passivo							
Passivo circulante		3.684,83	-	3.684,83	1.756,48	(261,09)	1.495,39
Fornecedores		941,09	-	941,09	683,58	-	683,58
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1,24	-	1,24	4,06	-	4,06
Obrigações sociais e trabalhistas		178,56	-	178,56	268,17	-	268,17
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		444,21	-	444,21	243,87	-	243,87
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		760,66	-	760,66	129,14	-	129,14
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.086,65		1.086,65	261,09	(261,09)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		69,30	-	69,30	-	-	-
Outros passivos circulantes		203,12	-	203,12	166,57	-	166,57
Passivo não circulante		7.282,18	-	7.282,18	6.738,87	(2.732,85)	4.006,02
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures			-	-	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		15,00	-	15,00	450,41	-	450,41
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	2.524,97	-	2.524,97	2.732,85	(2.732,85)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		4.742,21	-	4.742,21	3.555,61	-	3.555,61
Total do passivo		10.967,01	-	10.967,01	8.495,35	(2.993,94)	5.501,41

Patrimônio líquido							
Capital social		1.233,32	-	1.233,32	1.234,18	-	1.234,18
Reservas de capital		(984,22)	989,78	5,56	9.184,74	3.207,02	12.391,76
Outros resultados abrangentes		10.658,54	(10.658,54)	-	12.050,73	(12.050,73)	-
Reservas de lucros		-		-	1.705,89	-	1.705,89
Recursos destinados a aumento de capital		-		-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(107,09)		(107,09)	-	-	-



Demonstrações Contábeis

(-) Ações Próprias em Tesouraria		-		-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-		-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-		-	-	-	-
Reserva de sobras		14.112,97		14.112,97	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia		(1.157,44)	(989,77)	(2.147,21)	361,37	(340,51)	20,86
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		23.756,08	(10.658,53)	13.097,55	24.536,91	(9.184,22)	15.352,69
Total do passivo e do patrimônio líquido		34.723,09	(10.658,53)	24.064,56	33.032,26	(12.178,16)	20.854,10



Demonstrações Contábeis

		2015			2014		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		18.260,36	-	18.260,36	13.402,03	(738,21)	12.663,82
Fornecimento de energia elétrica		5.633,28	-	5.633,28	4.260,04	-	4.260,04
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		10.752,05	-	10.752,05	7.706,91	-	7.706,91
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		278,33	-	278,33	-	-	-
Serviços cobráveis		40,83	-	40,83	28,82	-	28,82
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		-	-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		1.555,87		1.555,87	1.406,26	(738,21)	668,05
Tributos		(3.171,58)	-	(3.171,58)	(2.024,02)	-	(2.024,02)
ICMS		(2.801,47)	-	(2.801,47)	(1.834,96)	-	(1.834,96)
PIS-PASEP		(65,84)	-	(65,84)	(33,61)	-	(33,61)
COFINS		(303,90)	-	(303,90)	(155,07)	-	(155,07)
ISS		(0,37)	-	(0,37)	(0,38)	-	(0,38)



Demonstrações Contábeis

Encargos - Parcela "A"		(3.001,34)	-	(3.001,34)	(317,39)	-	(317,39)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(60,44)	-	(60,44)	(55,46)	-	(55,46)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.727,21)	-	(1.727,21)	(175,93)	-	(175,93)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(60,44)	-	(60,44)	(55,46)	-	(55,46)
Taxa de fiscalização		(29,35)	-	(29,35)	(30,54)	-	(30,54)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(1.123,90)	-	(1.123,90)	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido		12.087,44	-	12.087,44	11.060,62	(738,21)	10.322,41
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(5.950,75)	-	(5.950,75)	(4.366,49)	-	(4.366,49)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.652,57)	-	(5.652,57)	(4.112,18)	-	(4.112,18)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(298,18)	-	(298,18)	(254,31)	-	(254,31)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		6.136,69	-	6.136,69	6.694,13	(738,21)	5.955,92



Demonstrações Contábeis

Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(6.371,39)	(2.217,24)	(8.588,63)	(6.494,93)	248,19	(6.246,74)
Pessoal e administradores (inclui 309,8 de remuneração a administradores)		(3.195,15)	-	(3.195,15)	(3.193,02)	-	(3.193,02)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(276,80)	-	(276,80)	(476,72)	-	(476,72)
Serviços de terceiros		(659,29)	-	(659,29)	(806,43)	-	(806,43)
Arrendamento e aluguéis		(757,95)	-	(757,95)	(879,65)	-	(879,65)
Seguros		(58,29)	-	(58,29)	(39,02)	-	(39,02)
Doações, contribuições e subvenções		(37,09)	-	(37,09)	(33,24)	-	(33,24)
Provisões		421,73	-	421,73	(11,17)	-	(11,17)
Recuperação de despesas		36,54	-	36,54	27,66	-	27,66
Tributos		(35,76)	-	(35,76)	(34,88)	-	(34,88)
Depreciação e amortização		(1.312,26)	649,30	(662,96)	(889,25)	340,50	(548,75)
Gastos diversos da atividade vinculada		(227,21)	(3.011,38)	(3.238,59)	(53,63)	(197,89)	(251,52)
Outras Receitas Operacionais		59,32	296,15	355,47	45,73	(45,73)	-
Outras Gastos Operacionais		(329,18)	(151,31)	(480,49)	(151,31)	151,31	-
Resultado da Atividade		(234,70)	(2.217,24)	(2.451,94)	199,20	(490,02)	(290,82)
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		197,65	-	197,65	424,15	-	424,15
Despesas financeiras		(511,19)	-	(511,19)	(250,38)	-	(250,38)
Receitas financeiras		708,84	-	708,84	674,53	-	674,53



Demonstrações Contábeis

Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(37,05)	(2.217,24)	(2.254,29)	623,35	(490,02)	133,33
Despesa com impostos sobre os lucros			-	-	(97,13)	-	(97,13)
Resultado líquido das operações em continuidade		(37,05)	(2.217,24)	(2.254,29)	526,22	(490,02)	36,20
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		(37,05)	(2.217,24)	(2.254,29)	526,22	(490,02)	36,20
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias				-			-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-



18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória



18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

**18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	2015	2014
Saldos no início do exercício	13.097,55	15.352,69
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	10.658,54	9.184,21
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais		-
Reavaliação regulatória compulsória	16.619,66	17.697,75
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(5.961,12)	(5.647,02)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	(989,78)	(3.207,03)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		340,51
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	989,78	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	23.756,09	24.536,90

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

**18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	(2.254,29)	133,33
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	2.217,24	490,02
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.866,51	830,53
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(649,27)	(340,51)
Anulação Não Operacional	-	-
....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	(37,05)	623,35

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária.



19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2016 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Presidente

NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente

LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2



2.8 - Parecer do Conselho Fiscal Regulatório



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERRP

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ACOMPANHADO DO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2015.

Os signatários do presente, Membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP, declaram que examinaram o Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa, acompanhado do Balanço Geral encerrado em 31/12/2015, assim como todas as peças contábeis que o compõem: Demonstrativo de Resultado do Exercício, confirmando-os com a documentação respectiva, concluindo no final do exame que tudo se achava elaborado com perfeita técnica contábil expressando exatidão, motivo pelo qual aprovam a prestação de contas do referido exercício, recomendando a Assembléia Geral Ordinária que também o faça.

São José do Rio Preto, 03 de Março de 2016

Elydio Zeni
Matr. nº 2371

Reinaldo Sabino Figueiredo
Matr. nº 883

Inacia Izabel Ferreira
Matr. nº 1934



Rod. Délcio Custódio da Silva, km 4 - São José do Rio Preto - SP
Bairro São Pedro - Zona Rural - Caixa Postal 202 - CEP 15010-970
CNPJ 46.598.678/0001-19 - Inscrição Estadual 647.061.400.114
fone/fax: (17) 3236-2220 / 3236-7449 / 3236-7222 / 3500-3100
e-mail: cerrp@cerrp.com.br / alexandre@cerrp.com.br / aladim@cerrp.com.br



2.9 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Regulatórias

SEÇÃO V

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - CERRP**, que compreendem os balanços patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações regulatória do resultado, das mutações do patrimônio líquido regulatório e dos fluxos de caixa regulatório para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.



Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

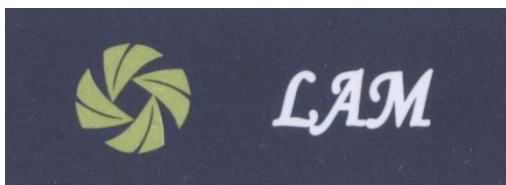
Em nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis regulatórias da CERRP do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram por nos examinadas.

Campinas, 04 de março de 2016.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

HELIO ALBIERI

Contador CRC 1SP 119551/O-8